



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
FACULDADE DE ARQUIVOLOGIA**

JOYCE DA CRUZ RODRIGUES

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DA FACULDADE DE
ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.**

**Belém/PA
2019**

JOYCE DA CRUZ RODRIGUES

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DA FACULDADE DE
ARQUIVOLOGIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado a Faculdade de Arquivologia da
Universidade Federal do Pará, como requisito
parcial para a obtenção do grau e Bacharel em
Arquivologia

Orientador: Gilberto Gomes Cândido

**Belém/PA
2019**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

D111a da Cruz Rodrigues, Joyce
Atuação profissional dos egressos da Faculdade de Arquivologia da
Universidade Federal do Pará / Joyce da Cruz Rodrigues. — 2019.
58 f.: il. color.

Orientador(a): Prof. Me. Gilberto Gomes Cândido
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de
Arquivologia, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas,
Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

1. Arquivologia. Atuação do arquivista. Egressos. UFPA. Pará
I. Título.

CDD 305.9

JOYCE DA CRUZ RODRIGUES

**ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DA FACULDADE DE
ARQUIVOLOGIA NO ESTADO DO PARÁ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para a obtenção de grau de Bacharel em Arquivologia, pela Universidade Federal do Pará (UFPA), e submetido a banca constituída pelos seguintes docentes:

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Me. Gilberto Gomes Cândido

Dr. Fernando de Assis Rodrigues

Dr. Renata Lira Furtado

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente à Deus, sem o qual não haveria fé e esperança que me permitissem continuar nesta caminhada em busca de conhecimento, de crescimento pessoal e uma estabilidade profissional.

À minha amada família. Minha mãe Ivete, pelo amor incondicional e pela ajuda financeira durante os quatro anos de faculdade em que me impossibilitei de trabalhar e contribuir em casa. Ao Meu Pai Carlos, pela compreensão, respeito e confiança nas minhas escolhas. Minha irmã Jullyana, que neste ano de 2019 encheu nossa de alegria com meus sobrinhos João Pedro e Maria Júlia, fazendo meus dias mais alegres.

Ao meu namorado Gláucio, pela ajuda, paciência e compreensão, principalmente nestes últimos meses em que tive que me ausentar de sua companhia.

Agradeço as minhas amadas “Madalena’s” (Carlos Daniel, Mayza Monteiro e Marina Santiago). Amigos que eu quero tanto bem, e que nos dois últimos anos têm feito toda a diferença nessa jornada tornando-a mais leve. Obrigada pela amizade, pelo carinho e pelas muitas risadas na hora do café, no estágio!

À melhor turma do curso de Arquivologia da UFPA, a galera de 2016! Foram anos incríveis!

Aos colegas solidários que responderam e divulgaram o material para coleta de informações deste trabalho.

A todo o corpo docente do curso de Arquivologia, pelos ensinamentos, paciência, dedicação e empenho na difícil tarefa em capacitar os futuros profissionais do Estado para o exercício de uma arquivística mais ética, eficiente e responsável.

E por fim, ao meu querido orientador, Me. Gilberto Gomes Cândido, por compartilhar sua sabedoria e exercitar sua paciência durante as orientações para que pudesse finalizar apresentando um trabalho dentro dos padrões de exigência da Universidade.

Á todos, os meus sinceros agradecimentos.

Joyce da Cruz Rodrigues.

RESUMO

No Brasil, os arquivistas tiveram seu reconhecimento legal na década de 70, porém tanto a profissão quanto a Arquivologia ainda se encontram em processo de desenvolvimento e reconhecimento social, principalmente depois da inclusão da disciplina nas instituições de ensino superior do país nesta mesma década. Em 2011 o curso de Arquivologia é instituído na Universidade Federal do Pará, com o objetivo de capacitar profissionais para atuarem no Estado seja na iniciativa pública ou privada. A partir desta consideração esta pesquisa objetivou verificar a partir da experiência dos primeiros egressos do curso de Arquivologia da UFPA a preparação acadêmica e a atuação profissional no mercado de trabalho em oito anos de atividade. O universo amostral para obtenção de resultados compreende aos egressos das suas quatro primeiras turmas dos anos de 2015 a 2019 do curso de Arquivologia da UFPA. Para a compreensão deste estudo foram contemplados aspectos históricos nacionais e a participação do Estado do Pará no processo de desenvolvimento da Arquivologia. Esta pesquisa é de natureza quali-quantitativa cujo procedimentos metodológicos consistiram no levantamento de fontes bibliográficas e documentais, além da aplicação de questionário ao público alvo afim de levantar informações que mostre a opinião dos egressos sobre a formação acadêmica e a atuação profissional no mercado de trabalho nos órgãos e empresas do Estado do Pará. Os resultados obtidos com esta pesquisa apontaram para uma disparidade entre setor público Federal, setor público estadual e o setor privado e certa preocupação dos egressos para com seu futuro profissional por conta da falta de prática na academia e a flexibilização das exigências para o preenchimento do cargo de responsabilidade nos arquivos dos órgãos públicos do estado e município.

Palavras-Chave: Arquivologia. Atuação do Arquivista. Egressos. UFPA. Pará.

ABSTRACT

In Brazil, archivists had their legal recognition in the 70s, but both the profession and archivology are still in the process of development and social recognition, especially after the inclusion of the discipline in higher education institutions in the same decade. In 2011 the Archivology course is instituted at the Federal University of Pará, with the objective of qualifying professionals to work in the State, whether in public or private initiative. From this consideration, this research aimed to verify, from the experience of the first graduates of the UFPA Archivology course, the academic preparation and professional performance in the labor market in eight years of activity. The sample universe for obtaining results comprises the graduates of their first four classes from 2015 to 2019 of the UFPA Archivology course. For the comprehension of this study, national historical aspects and the State of Pará participation in the Archivology development process were contemplated. This is a qualitative and quantitative research whose methodological procedures consisted in the survey of bibliographic and documentary sources, as well as the application of a questionnaire to the target audience in order to gather information that shows the opinion of the graduates about the academic formation and professional performance in the labor market in the organs and companies of the Pará State. The results obtained with this research pointed to a disparity between the federal public sector, the state public sector and the private sector and some concern of graduates to their professional future due to the lack of practice in the academy and the flexibility of the requirements to fill the position of responsibility in the archives of state and municipal public agencies.

Keywords: Archivology. Archivist Performance. Graduates. UFPA. Pará.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 01 - Identidade de Gênero	41
Gráfico 02 - Faixa etária	41
Gráfico 03 - Registro profissional de Arquivista.....	42
Gráfico 04 - Atuação profissional como Arquivista.....	43
Gráfico 05 – Conhecimentos Academicos.	44
Gráfico 06 – Formação Continuada.....	46
Gráfico 07 - Outra Graduação	47
Quadro 01 - Panorama dos cursos de arquivologia no Brasil	24
Quadro 02 - Motivos para outra Graduação	47

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

AAB	Associação dos Arquivistas Brasileiros
AN	Arquivo Nacional
APEP	Arquivo Público do Estado do Pará
CEA	Conselho Estadual de Arquivos
CENTUR	Fundação Cultural do Estado do Pará
CONSEPE	Conselho Superior de Ensino e Pesquisa e Extensão
CBO	Classificação Brasileira de Ocupações
DASP	Departamento Administrativo do Serviço Público
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICSA	Instituto de Ciências Sociais Aplicadas
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
MEC	Ministério da Educação
MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
PL	Projeto de lei
REUNI	Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SEAP	Sistema Estadual de Arquivos do Pará
SECULT	Secretaria de Cultura do Estado do Pará
SEPLAN	Secretaria de Planejamento do Estado do Pará
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SINAR	Sistema Nacional de Arquivos
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UEL	Universidade Estadual de Londrina
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFAM	Universidade Federal da Amazônia
UFBA	Universidade federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UNB	Universidade de Brasília
UNESP	Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho
UNIRIO	Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
2. A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ARQUIVÍSTICA NO BRASIL.....	14
2.1 O Curso Superior de Arquivologia no Brasil.....	21
2.2 O mercado de trabalho para o Arquivista no Brasil.....	26
3. A ARQUIVÍSTICA E O ARQUIVISTA NO ESTADO DO PARÁ	29
3.1 Arquivo Público do Estado do Pará (APEP).....	31
3.2 Sistema Estadual de Arquivos do Pará (SEAP).....	33
3.2.1 Arquivo Municipal de Belém.....	36
3.3 Faculdade de Arquivologia da UFPA.....	36
3.4 Associação dos Arquivistas do Estado do Pará (AAEPA).....	38
4. MAPEAMENTO SOBRE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DO PERÍODO DE 2015 A 2019 DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.....	40
4.1 Caracterização dos egressos da UFPA.....	40
4.2 Atuação profissional dos egressos da UFPA.....	42
4.2.1. Resultado para o público atuante.....	43
4.2.2. Resultado para o público não atuante.....	44
4.3 O processo de formação na visão dos egressos da UFPA.....	44
4.3.1 Outra Graduação.....	46
5. CONCLUSÃO.....	49
6. REFERÊNCIAS.....	53
APÊNDICE.....	57

1. INTRODUÇÃO

No Brasil, a trajetória da arquivologia e do arquivista está ligado a administração pública. Em 1970, com o período de reformas administrativas do governo, surgiram as primeiras preocupações com a profissionalização do gestor de arquivo e o surgimento dos primeiros cursos de graduação em arquivística.

Ainda, nesta mesma década ocorreu a regulamentação da profissão de arquivista, estes feitos foram fundamentais para a consolidação do profissional no mercado de trabalho no âmbito brasileiro.

Sendo assim, na arquivística a informação está contida nos documentos (suportes de registros) que é o foco central da atuação do profissional arquivista, seja para comprovação das ações/atividades ou de preservação da memória pessoal, social e/ou institucional.

Vale ressaltar que, atualmente a difusão da informação tomou abrangência no que tange o contexto social, por meio da difusão nos ambientes de tecnologia da informação e comunicação (TICs), tal processo de inovação tecnológica foram associados aos programas governamentais de modo a permitir a transparência dos gastos públicos.

Já, no que se refere a “informação” contida nos documentos de arquivos, evidencia-se o mercado de trabalho para o arquivista, que tem se tornado amplo e diversificado, seja na iniciativa pública ou na privada.

Contudo, a maior inserção desse profissional no mercado ainda ocorre por meio de concursos públicos para suprir as necessidades das instituições públicas. Desde o início de seu desenvolvimento no país a iniciativa privada, teve pouca participação no processo de institucionalização da Arquivologia, o que limita a atuação do arquivista e afeta, portanto, em sua empregabilidade neste setor.

Por mais que, a 41 anos ocorre-se a implementação do Curso de Arquivologia nas universidades brasileiras, a Universidade Federal do Pará (UFPA) foi a última instituição de ensino federal a receber o curso de arquivologia reconhecido pelo Ministério da Educação-MEC.

Em vigência desde 2011, na modalidade de bacharelado, o curso é contemplado com projetos de ensino, pesquisa e extensão e objetiva sobretudo, a formação de pessoal qualificado para atuar na gestão documental de instituições públicas e privadas como dispõem igualmente em seu projeto pedagógico aprovado em 2014 e na lei que regulamentada o arquivista no Brasil.

Mesmo sendo o último estado brasileiro a receber uma faculdade de arquivologia no país, o estado do Pará faz parte dos seletos estados brasileiros que engendraram um sistema de

arquivos para compor o Sistema Nacional de Arquivos (SINAR), iniciado ainda na década de 60.

Apesar da viabilidade legal para inserção dos arquivistas no quadro de cargos e funções da administração pública, o Estado do Pará até os dias atuais não contempla este profissional como principal gestor de seus documentos oficiais públicos.

Esta incoerência frente a lei federal nº 6.546, que legitima as competências e apresenta o arquivista como o principal responsável pelo arquivo em instituições públicas e privadas contribui para a baixa demanda desses profissionais no estado, além de permitir que profissionais não qualificados ou de outras especialidades ocupem esta função estratégica.

Diante desta problemática, este estudo busca saber se: os egressos do curso de arquivologia da Universidade Federal do Pará estão conseguindo se inserir no mercado de trabalho no Estado?

Logo, tem-se como objetivo geral deste estudo, demonstrar a partir da experiência dos egressos do curso de Arquivologia da UFPA, a formação acadêmica dos primeiros profissionais formados na UFPA e sua atuação no mercado de trabalho no Estado.

Tem-se assim, como objetivo específico, apontar a importância da formação em nível superior para o desenvolvimento da Arquivologia e o exercício laboral da função de arquivista; mostrar a participação do Estado do Pará no processo de desenvolvimento da Arquivologia.

Para que tais objetivos fossem atingidos, buscou-se metodologias que pudessem auxiliar no desenvolvimento, partindo de um universo de amostra que abarcasse os egressos do curso de Arquivologia dos períodos de 2012 a 2015 da UFPA, relativo as quatro primeiras turmas de profissionais formados, depois do ingresso do curso na universidade.

Além disso, utilizou-se material bibliográfico com abordagens pertinentes a atuação profissional do arquivista no Brasil, a história da arquivologia no Brasil; e material documental como o plano pedagógico da Faculdade de arquivologia da UFPA e, as leis federais que normalizam a Arquivologia no país, assim como o decreto estadual de sistema de arquivos que dará subsídios a compreensão da trajetória destes profissionais dentro das formalidades legais.

Para o levantamento de dados será elaborado um questionário (Apêndice A), contendo 10 perguntas fechadas e 3 abertas disponibilizado pelo *Google Formulários*, e enviados por endereço eletrônico para maior alcance e comodidade do público alvo desta pesquisa. Após a coleta e leitura dos resultados serão representadas, por textos, tabelas e/ou gráficos para melhor compreensão e explanação da realidade pesquisada.

A justificativa para a elaboração desta pesquisa se apoia na ausência de estudos sobre o mercado laboral do arquivista e no fato de a Universidade Federal do Pará em 62 anos de

história, ainda não disponibilizar efetivamente uma política de acompanhamento dos egressos dos cursos de graduação, o que dificulta identificar a inserção destes no mercado de trabalho e as reais necessidades de sua integração com a sociedade.

A política de acompanhamento dos egressos faz parte do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES), assim como o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes - ENADE e avaliação de instituições e cursos superiores, onde são considerados aspectos como ensino, pesquisa, extensão, responsabilidade social, gestão da instituição e corpo docente em seu processo de avaliação. Normalmente, os resultados dessas avaliações são utilizados para embasar políticas públicas, orientar as instituições de ensino superior, para a sociedade, para os estudantes sobre as condições do curso e das instituições. (BRASIL, 2018)

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que estabelece objetivos a serem atingidos pela instituição entre os anos de 2016-2025 da Universidade Federal do Pará, o projeto de uma política de acompanhamento está em discussão no âmbito da Pró-reitoria de ensino de graduação e contará com a participação das Pró-reitorias de extensão e de pesquisa e pós graduação, e visará estabelecer, inicialmente, maior proximidade com os órgãos de Classe e Instituições públicas e privadas como agentes de absorção de profissionais qualificados. (UFPA, 2016)

Vale relatar também, que este acompanhamento seria importante para a efetividade social e profissional dos conhecimentos adquiridos no período de formação, além de servir como indicador na qualidade educacional da instituição. Visando esta carência, este estudo inclina-se a contribuir, parcialmente, para estudos complementares futuros da comunidade acadêmica e principalmente da Faculdade de Arquivologia.

A partir dos questionamentos supracitados, este trabalho apresentará a seguinte estrutura: em seu primeiro capítulo trará abordagens sobre o processo e contextualização da institucionalização da Arquivologia e a atuação do arquivista no Brasil, para compreender a partir de fatos históricos a motivação e as fragilidades que circundam a profissão de arquivista no Brasil.

O seu segundo capítulo de título :A arquivologia no estado do Pará, traz um pouco da história dos principais representantes da arquivologia no estado e sua importância para a consolidação da profissão. E, em seu terceiro capítulo a exposição e análise dos resultados da pesquisa feita com os egressos do curso de Arquivologia da UFPA que procederá a conclusão desta pesquisa.

2. A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL E INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL

Apesar de legalmente reconhecida na década de 70 no Brasil, o exercício da profissão de arquivista é mais antigo que o seu próprio reconhecimento enquanto profissão regulamentada (SOUZA, 2011, p. 53). Historicamente, seu surgimento retoma o final do século XIX, com a transferência da corte portuguesa ao país e o surgimento das primeiras instituições federais como a Câmara dos Deputados, o Senado Federal e o Arquivo Nacional, responsáveis pela produção e custódia dos primeiros documentos oficiais do império.

Consta-se que, o profissional de arquivo já exercia suas atividades em âmbito federal antes do ano de 1890. (SOUZA, 2011, p. 54), sendo posteriormente, investido nas esferas estadual e municipal.

Na década de 30, período do governo provisório de Vargas¹, a busca pela eficiência governamental foi o fio condutor da reforma administrativa que implantou medidas de racionalização e controle de pessoal. O Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), foi o responsável por promover concursos de seleção e o aperfeiçoamento profissional por meio de cursos de capacitação no exterior.

esse aporte que o departamento ofereceu á administração pública brasileira teve como elemento central o ingresso no serviço público de um grupo de profissionais qualificados em diversas carreiras, depois o seu aperfeiçoamento. Nesse aspecto, os serviços de biblioteca e arquivo foram igualmente contemplados, como as áreas de administração, economia e engenharia. (SANTOS, 2010, p. 77).

De acordo com Santos (2018) o trânsito de documentos nas repartições públicas era numeroso e a ausência de referências teóricas e metodológicas de matriz arquivística fazia dessa função uma atividade sofrida (SANTOS, 2018, p. 132), diferente do ocorrido com as bibliotecas onde eram mais fáceis de visualizar um sistema de controle.

A visibilidade dada aos arquivos como atividade auxiliar do governo, nessa época, fez aumentar o interesse e a participação do DASP, no processo de pesquisa sobre métodos por meio da Fundação Getúlio Vargas (FGV), e conseqüentemente, na inserção da carreira de arquivista no serviço - civil, durante a década de 40.

Em 1941, as reformas administrativas ocorridas em alguns ministérios provocaram alterações que afetaram diretamente a categoria, dividindo-a em duas: Arquivista e

¹ Década de 30, período de 1930 a 1934

arquivologista por meio do decreto-lei nº 3.321 de 30 de maio em que alterava a tabela do quadro de funcionários do ministério das relações Exteriores. No quadro de funcionários permanentes ou de carreira (que devem ter existência), se enquadrava o arquivologista, cujas tarefas eram mais complexas, enquanto que no quadro de função suplementar (de existência transitória) se enquadrava o Arquivista, executando tarefas mais simples. Apesar da inserção do cargo na estrutura administrativa dos três poderes o Arquivo Nacional considerou desnecessária a participação desse profissional como relatado por José Honório Rodrigues no trecho abaixo:

Em 1947, o Arquivo Nacional recebeu 10 arquivologistas que, somados aos 6 arquivistas, perfaziam 16 servidores do quadro técnico. A direção pediu a supressão do número de arquivologistas, alegando que são “pouco ou nada eficientes os funcionários desta categoria” e que a relotação fora feita a sua revelia, [...] “o Arquivo Nacional”, escrevia o Diretor no Relatório de 1947, “não necessitava de funcionários que ostentam títulos improvisados ou vagas tinturas de erudição exótica em matéria arqueológica, colhida nos manuais de arquivologia, ao lado de uma ignorância crassa, quase invencível, nos mais elementares conhecimentos relativos à tarefa diária, rotineira do arquivo” (RODRIGUES, 1959, p.46 apud SOUZA, 2011, p.55)

Em meados de 1960, os arquivistas sofreram um retrocesso em sua visibilidade social. Ao se considerar o plano de classificação de cargos de arquivologista, criou-se o cargo de Documentalista, que exigia formação superior em Biblioteconomia, relegando o arquivista a pouca importância, fato que se permaneceu durante a ditadura militar onde esses profissionais foram igualmente equiparados a datilógrafo, escreventes e auxiliar de portaria. (SOUZA, 2011)

A perda da expressividade profissional nas instituições públicas e o “fato deste não estar presente no ambiente universitário era prejudicial a arquivística, uma vez que, dificultava a conquista do *status* necessário que viabilizava o alcance da autonomia profissional desejada” (SANTOS, 2010, p. 54), resultando na retirada da carreira do plano de Classificação de Cargos em 1970.

Se nas décadas anteriores a profissão sofreu com instabilidade administrativa, a partir da década de setenta muitos eventos favoráveis ocorreram para a instituição dessa classe de profissionais. No período, o Brasil passava por um amplo desenvolvimento econômico que ficou marcado também, por muitas reivindicações por parte de trabalhadores brasileiros.

Neste contexto os profissionais de arquivo formados, em sua maioria, por historiadores, bibliotecários, administradores, advogados, dentre outros fundam a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), “se tornando uma das entidades coletivas mais antigas e reconhecidas do

Brasil, instituída em 20 de outubro de 1971” (SOUZA, 2011, p. 134). Sobre a esta primeira representatividade:

a ausência de uma formação formal e da regulamentação das funções do arquivista permitiu a inserção de outros profissionais no exercício laboral, conforme disposto no decreto nº 72.493 de julho de 1973. Por meio desse dispositivo, criaram-se categorias para adequar os profissionais, com formação de curso superior de ensino ou que tivessem habilitação equivalente, para executar atividades exigidas. (SANTOS, 2011, p,58)

Assim sendo, o decreto nº 72.493 veio favorecer ao exercício ilegal da profissão de arquivista, porém os profissionais mais antigos em exercício na função e sensibilizados a questão dos arquivos e da profissão se uniram em defesa da categoria. “Essa ação coletiva com sua mobilização política de conotação corporativa configurou um espaço público no qual se passa a refletir sobre a atividade arquivística compreendendo que o trabalho arquivístico é de interesse para sociedade e o Estado” (SILVA e ORRICO, 2012, p.15)

Com isto, a AAB mobilizou esses profissionais em prol do alcance de suas demandas. No conjunto de realizações promovidas pela entidade estão: o reconhecimento da profissão, divulgação de suas funções específicas, organização de eventos de cunho científico como o primeiro Congresso Brasileiro de Arquivos, além da aprovação do currículo mínimo para a instituição dos cursos de nível superior em Arquivologia. Ainda de acordo com Silva e Orrico (2012, p. 105):

o associativismo entre os profissionais de arquivo se estabeleceu como agente articulador do grupamento de pessoas que atuavam nessa atividade com ações destinadas ao reconhecimento profissional do arquivista e ao desenvolvimento do conhecimento técnico e científico da arquivologia.

Desta forma, esta movimentação da associação resultou na criação dos cursos de formação superior na UNI-RIO e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no sul do Brasil e condicionou aos egressos do curso de Arquivologia o título de Arquivistas.

A noção das atividades próprias do arquivista, antes mesmo de serem reconhecidos legalmente, já eram de notoriedade pública, porém pouco expressiva, segundo Albuquerque (1972, p. 115) este profissional era:

o responsável pelo arquivo. A atividade do arquivista é principalmente rotineira; compreende de modo mais genérico, atribuições de trabalho relacionados com atividades de: reunir, ordenar, registrar, guardar, conservar, classificar e pesquisar a comprovação dos atos e fatos administrativos,

elementos de informação comercial (faturas, notas e compra e venda, duplicatas pagas, recibos de impostos), papéis em geral, bom como a prestação de informações e lavratura de certidões. Trabalha nos chamados arquivos ativos e de consumo.

Para Souza (2011, p. 51), o arquivista ultrapassa a ideia do profissional rotineiro responsável pela reunião, organização e disponibilização papéis como citado por Albuquerque. Em sua ótica o arquivista exerce sobretudo a função social de disponibilizar a informação seja em documentos comuns ou especiais.

o profissional com formação formal em arquivologia, dotado de conhecimento para planejar, gerenciar e disponibilizar os documentos e as informações arquivísticas. Além disso exerce uma função social que se inicia desde o momento da produção documental e se estende a todos os usuários. Conseqüentemente, seu espaço de trabalho, está garantido em toda e qualquer instituição que produza, armazene e disponibilize informação, independente de suporte.

As definições acima denotam tempos e condições distintas da situação profissional no Brasil. Na primeira, vê-se o arquivista ainda como um técnico/auxiliar e na segunda, pós a regulamentação, o arquivista como um profissional conceituado numa posição hierárquica superior.

A mudança de posição foi assegurada pela regulamentação da profissão, promulgada em 4 de julho de 1978 pela lei nº 6.546. e pelo decreto nº 82.590 de 6 de novembro desse mesmo ano. Os dispositivos legais também serviram de referência para a nova concepção do profissional identificada no dicionário de terminologia arquivística que denomina o arquivista como profissional de nível superior, com formação em Arquivologia ou experiência reconhecida pelo Estado (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 19).

Desta forma, se evidencia o nível de escolaridade e fixa definitivamente uma nomenclatura ao profissional. A lei nº 6.546 ainda estabelece as atribuições do arquivista no ambiente institucional, sendo:

Planejamento, organização e direção de serviços de arquivo
Planejamento, orientação e acompanhamento do processo documental e informativo;
Planejamento, orientação e direção das atividades de identificação das espécies documentais e participação no planejamento de novos documentos e controle de multicópias;
Planejamento, organização e direção de serviços ou centro de documentação e informação constituídos de acervos arquivísticos e mistos;

Planejamento, organização e direção de serviços de microfilmagem aplicada a arquivos;
Orientação do planejamento da automação aplicada aos arquivos;
Orientação quanto a classificação, arranjo e descrição de documentos;
Orientação quanto a avaliação e seleção de documentos, para fins de preservação;
Promoção de medidas necessárias à conservação de documentos;
Elaboração de pareceres e trabalhos de complexidade sobre assuntos arquivísticos;
Assessoramento aos trabalhos de pesquisa científica ou técnico administrativa e;
Desenvolvimento de estudos sobre documentos culturalmente importantes. (BRASIL, 1978)

Portanto, a regulamentação passa a exigir para exercício da função o diploma de arquivista no Brasil e/ou do exterior reconhecidos e revalidados no país. Já para os técnicos de arquivo, o certificado de treinamento específico em técnicas de arquivo ministrados por entidades credenciadas pelo ministério do trabalho com carga horária mínima 1.110hs nas disciplinas específicas. (BRASIL, 1978)

Houve também, concessão de prerrogativas aos profissionais que embora não fossem habilitados formalmente, mas que tivessem exercido a função pelo menos durante cinco anos ininterruptos ou dez anos intercalados, resguardando assim, o conhecimento adquirido em virtude do tempo de experiência na função.

Já o Decreto nº 82.590 que regula a lei 6.546, complementa em seu artigo 4º que o exercício das profissões de arquivista e de técnico de arquivo, por inexistência de um conselho federal com polos regionais, dependem de registro na Delegacia Regional do Trabalho e do Ministério do Trabalho; e em seu artigo 7º expõem o impedimento ao exercício das profissões de arquivista e técnico de arquivo aos concluintes de cursos resumidos, simplificados ou intensivos, de férias, por correspondência ou avulsos, ajustando ainda mais este segmento no mercado.

No que se refere a coletivos de classe, até os dias de hoje , não foi constituído um Conselho Federal e as consequências decorrentes da ausência dessa representatividade profissional implica na transferência de suas atribuições às associações regionais de classe (as existentes não abrangem todo território nacional), e a não obrigatoriedade do arquivista na efetuação do seu registro, dificultando a quantificação e qualidade de fiscalização das atividades desenvolvidas pelos profissionais atuantes no mercado de trabalho.

O reforço para continuação no caminho rumo a consolidação profissional no país, veio na década de 80 com a publicação da constituição federal de 1988. A carta Magna brasileira na

tentativa de preservar os bens culturais, em seu segundo parágrafo do artigo 126, atribui a responsabilidade à administração pública para com a gestão da documentação governamental e as providências para franquear a sua consulta pública (BRASIL, 1988).

A predisposição da constituição para a criação de política de gestão documental resultou, em 1991, na criação da lei nº 8.159, a lei de arquivos que “ retoma a questão da política nacional de arquivos , reconhecendo e legitimando a necessidade de um Sistema Nacional que promova a efetiva integração sistêmica dos arquivos públicos e privados nos moldes legais e tecnicamente corretos, visando a gestão, a preservação e o acesso aos documentos de arquivo”(PAES, 1998).

Dos anos 90 para os anos 2000, a profissão de arquivista vem sofrendo constantes interferências em seu exercício, de acordo com o site do Ministério do Trabalho a Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) em sua última atualização realizada em 2002 provocou mudanças impactantes na colocação e especificação do arquivista no mercado de trabalho.

A CBO, segundo informações do site, é um documento normalizador do reconhecimento da nomeação e da codificação dos títulos e conteúdo das ocupações do mercado de trabalho brasileiro seja de livre exercício ou profissões regulamentadas. É utilizada como referência obrigatória dos registros administrativos que informam os diversos programas de política de trabalho no país, assim como referência de dados estatísticos de emprego - desemprego, estudos de taxa de natalidade e mortalidade das ocupações, planejamento das reconversões e requalificações ocupacionais, na elaboração de currículos e planejamento da educação profissional e rastreamento de vagas de serviços de mão - de - obra. (BRASIL, 2002).

Antes de ser publicada na versão de 2002, as informações administrativas relativas às ocupações utilizavam os códigos da CBO 1994. Essa atualização contou com apoio do Ministério do Trabalho e Emprego – (M. T. E) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) resultando na relevante participação do mercado de trabalho do Brasil, portanto, tornando-se legítima para representação em processos de coleta de dados sobre o mercado. A classificação é composta de 10 grandes grupos, 47 subgrupos principais, 192 subgrupos, 596 famílias ocupacionais e 2.422 ocupações. (BRASIL, 2002)

Reorganizadas dentro do grande grupo 2 “Profissionais das ciências e das artes”, as profissões de arquivistas, bibliotecários, documentalistas e museólogos, estão classificados no subgrupo principal 26 “Comunicadores, artistas e religiosos”, assim como no mesmo subgrupo 126 “Profissionais da comunicação e da informação”, que é composto por oito famílias ocupacionais. A mudança ocorreu no agrupamento das funções no subgrupo 261, dentre as quais destaca-se a família “profissionais da informação”(nº 2612) é composta pelas ocupações de

documentalista, analista de informações e bibliotecário e verifica-se o isolamento das ocupações de arquivistas e museólogos em uma só família ocupacional, denominada “arquivistas e museólogos” (nº 2613). Na descrição feita pela CBO referente as ocupações, elas assim ficam discriminadas:

organizam documentos de arquivos institucionais e pessoais, criam projetos de museus e exposições, organizam acervos museológicos públicos e privados. Dão acesso a informação, conservam acervos. Preparam ações educativas ou culturais, planejam e realizam atividades técnico-administrativas, orientam a implantação de atividades técnicas. Participam da política de criação de museus e instituições arquivísticas (BRASIL, 2002)

Sobre essa classificação, Alves; Crivellari; Frota (2017), a descrição das ocupações de arquivista e museólogo na CBO, tem sido utilizada em alguns editais de concurso público para apontar a descrição ou atribuição de cargo, essa associação pode gerar equívocos sobre o campo de jurisdição legal entre as profissões o que no ponto de vista das políticas públicas pode dificultar na viabilização de propostas sobre formação de emprego para arquivistas e museólogos. No entendimento das pesquisadoras, somente uma desvinculação permitiria uma completa visualização da realidade e não prejudicaria os profissionais em questão.

Outro fato que causou impacto na comunidade de arquivistas, ocorreu em agosto de 2015, quando da apresentação na Câmara dos Deputados de um Projeto de Lei (PL) que propunha alterar a lei 6.546/ 78 (lei de regulamentação). O projeto de autoria do Deputado Federal Dr. Jorge Silva propôs que o exercício da atividade de arquivistas passasse a ser permitido aos profissionais graduados em áreas afins com especialização em Arquivologia. Para tanto, o deputado justificou sua ação pela possível absorção e compreensão do exercício laboral pelos profissionais especializados ou pós-graduados e a defasagem da lei de regulamentação por ser anterior a promulgação da constituição vigente de 1988. (RIDOLPHI, 2016)

A proposta foi retirada dos trâmites da casa legislativa no mesmo ano por requerimento de nº 3.366 também de autoria do Dr. Jorge Silva, após a mobilização da categoria profissional de arquivistas no qual publicaram um manifesto de repúdio e um abaixo assinado expressando argumentos contrários à ideia presente na PL, defendendo a importância da missão do arquivista no que tange a integridade das informações contidas em documentos de arquivos, e esclarecer que, no Brasil, não há cursos de pós-graduação em Arquivologia, suficientes para atender a demanda de profissionais mencionados (RIDOLPHI, 2016).

Atualmente a arquivística tem sofrido poucas realizações e muito disso se deve ao fato de o Arquivo Nacional, seu principal órgão, ter sua direção disponibilizada como “moeda de troca” nas relações políticas no Brasil. Em 2018 quando o mesmo completou 180 anos, um artigo do jornal “El País” na página “Brasil” de autoria da repórter espanhola María Martín publicada em 6 de janeiro de 2018 relatou alguns dos problemas que o maior acervo documental do país vem sofrendo. Segundo María, além das constantes trocas de direção, o lugar padece com a falta de verbas, que conseqüentemente gera cortes no quadro de pessoal e constantes ameaças na paralisação de suas atividades, desfavorecendo a preservação de material histórico e a cidadania brasileira. Ainda sobre sua impressão pessoal, a repórter fez uma breve comparação da importância dada aos arquivos entre o Brasil e o Estados Unidos a partir do modo como esses países protegem seus documentos e sua história. Enquanto que no Brasil o seu Arquivo Nacional a segurança é terceirizada e diminuída em cada crise financeira, no *National Archive* dos Estados Unidos a segurança é feita nada mais, nada menos que pelo *Federal Bureau of Investigation*, (FBI), ressaltando a situação de abandono e descaso das autoridades e população brasileira para com sua história (MARTÍN, 2018)

A pesar do amparo legal adquirido em décadas de história, os arquivos e os arquivistas ainda lutam por maior visibilidade social, esses acontecimentos mais recentes afirmam o descaso com os arquivos e a instabilidade de uma profissão tão importante para o exercício da cidadania e preservação da memória do Brasil.

2.1. O Curso Superior de Arquivologia no Brasil.

Os cursos de formação em arquivologia, no Brasil, deram início no Arquivo Nacional, em 1922 sob direção de Alcides Bezerra. O curso de formação técnica visava capacitar profissionais ao cargo de auxiliar, porém os cursos desenvolvidos não tinham muito êxito. As tentativas sem sucesso levaram a um longo período de estagnação, que somente foi mudado na década de 40 pela iniciativa do governo federal (SOUZA, 2011), com a reforma administrativa promovida na gestão de Getúlio Vargas.

Durante o governo Vargas², o Departamento Administrativo dos serviços públicos (DASP), foi o principal responsável por racionalizar e aperfeiçoar a administração, organizar o orçamento introduzindo critérios modernos de recrutamento e promoção que elegiam o mérito

² Período de 1930 a 1945.

como qualificação básica, assim como a profissionalização de pessoal nos serviços federais. (SANTOS, 2010), de todos os setores, inclusive, os serviços de documentação e as bibliotecas

Por iniciativa do Departamento, em 1944 foi criada a Fundação Getúlio Vargas, cujo objetivo era realizar estudos e pesquisas no campo de administração pública e privada e promover a capacitação de pessoal para desempenho das atividades administrativas. A instituição foi a pioneira a dar visibilidade técnica ao setor implantando o sistema de arquivo, que se tornou, por longo tempo, referência no campo da gestão de documentos. (SANTOS, 2010)

Em 1958 o Arquivo Nacional, sob direção do historiador José Honório Rodrigues, resolve promover a modernização das técnicas de arquivo aderindo a moderna arquivística europeia e americana. O problema técnico do Arquivo Nacional, naquele momento, resumia-se na ausência absoluta de uma política de recolhimento e procedimentos de seleção, organização, eliminação e arranjo do acervo (SANTOS, 2010), revelando os anos de descaso na instituição. Para o projeto de reestruturação e modernização do Arquivo, José Honório contou com a colaboração internacional de profissionais de renome na área arquivística, como reforça Melo; Silva e Dornelles (2017).

para tais transformações foram necessárias visitas de profissionais de renome internacional como o francês Henri Boullier de Branch e o americano Theodore Schellenberg. Com a vinda deste foi possível sedimentar os cursos técnicos já desenvolvidos e principalmente o incremento de uma bibliografia com a tradução de obras internacionais trazidas pelos visitantes e que possibilitou, nos anos seguintes, a construção de títulos totalmente nacionais, como foi o caso de Marilena Leite Paes e Heloisa Liberali Bellotto. (2017, p. 138)

A assessoria dos técnicos europeus e norte-americanos esclareceu a José Honório a ligação direta entre formação de pessoal qualificado e o futuro dos arquivos do país, encorajando a instituição a promover os cursos de capacitação novamente (SANTOS, 2010)

O primeiro curso formal de conhecimentos arquivístico foi desenvolvido no âmbito do Arquivo Nacional na década de 60, denominado Curso permanente de Arquivos, tinha duração de dois anos e era direcionado a profissionais de nível intermediário completo. De acordo com Souza:

A administração do historiador José Honório Rodrigues veio resgatar a capacitação dos profissionais do Arquivo Nacional. Em seus primeiros tempos à frente da instituição promoveu o 1º curso de Arquivos que abordou as experiências europeias, com enfoque nos arquivos históricos, e norte-

americanas, que priorizavam a gestão de documentos, além dos procedimentos técnicos adotados para a gestão de documentos especiais. No 2º curso participaram professores convidados da França e dos Estados Unidos, o que supôs o início de uma aproximação com as instituições desses países, inclusive com intercâmbio de experiências (2011, p. 84)

O fortalecimento técnico do Arquivo Nacional, foi um dos focos dessa gestão. O programa inovador gerou muitos ganhos para a construção sistêmica e a institucionalização da arquivologia no Brasil pois a “estreita” relação do Arquivo Nacional com instituições internacionais, contribuiu na reestruturação do corpo teórico para oferecer uma estrutura mais consistente e formação mais sólida, inclusive, traduzido em idioma nacional. Esses feitos foram suficientes para fazer dos arquivos um objeto de estudo e da Arquivologia uma disciplina científica que merecia ser melhor desenvolvida de acordo com as necessidades do país.

Ainda que esse empenho na qualificação de pessoal por meio da criação dos cursos técnicos, tenha ocorrido tanto na administração pública quanto no Arquivo Nacional, mesmo antes de ser reconhecida “pode-se considerar que os primeiros profissionais da arquivística no Brasil procediam do curso oriundo do Arquivo Nacional” (SOUZA, 2011, p. 83). Já que os cursos promovidos pelo DASP estavam mais voltados a capacitação do funcionalismo público. Sobre esta relação do AN com a administração pública, Santos (2010) enfatiza que:

embora não tenham existido relações orgânicas entre as duas experiências acima descritas e o processo institucional do Arquivo Nacional, é possível afirmar que eles se complementam na medida em que incorporam, em graus diferentes, aspectos relacionados à experiência prática, ao conhecimento teórico e metodológico, à profissionalização e às políticas públicas (2010, p. 88-89)

Desta forma tanto o Arquivo Nacional quanto o DASP deixaram registros de suas experiências práticas, contribuindo para o avanço da função dos arquivos na administração pública e adaptando a área às necessidades do Brasil.

Em 1972, o reconhecimento do valor da disciplina conquistou o parecer do conselho Federal de Educação, e da câmara de ensino Superior que recomendou a criação de curso superior em Arquivologia, um dos passos mais importantes para a Arquivologia no país (MARQUES, 2007, p.19). sobre o reconhecimento

a transferência desse curso para o espaço universitário inauguraria a mudança de um local de memória para um local dedicado ao ensino, pesquisa e extensão, ocasionando uma mudança na produção da área que passou de um empirismo para projetos de pesquisa inseridos inclusive em programas de pós-

graduação, com propostas metodológicas e discussões conceituais envolvidas em financiamento de agência de fomento. (SOUSA, 2009)

Sendo assim, em meio ao regime ditatorial, ocorreu a implantação do primeiro curso superior em Arquivologia na Uni Rio, e logo depois na Universidade de Santa Maria, iniciando suas atividades oferecendo 25 vagas anuais e quatro habilitações em arquivos empresariais, arquivos escolares, arquivos históricos e arquivos médicos” (REGO, 2014, p. 51).

Um ano após a essas primeiras turmas foi criado mais um curso no Rio de Janeiro, na Universidade Federal Fluminense (UFF). Depois de criados os três cursos houve uma estagnação que durou cerca de uma década para que surgisse novos cursos de Arquivologia no país. Essa estagnação foi interrompida na década de 90 com a adesão na Universidade de Brasília - UnB. (SOUZA, 2011)

Atualmente, existem dezesseis faculdades de Arquivologia espalhados pelo Brasil restringidas às instituições públicas de ensino, federal e estadual, e localizadas, principalmente, nas grandes capitais, como discriminado no quadro 01.

Quadro 01 - Panorama dos cursos de arquivologia no Brasil

CURSOS DE ARQUIVOLOGIA NO BRASIL			
Região	Estado	Instituição de Ensino	Criação
NORTE	Amazonas	Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	2008
	Pará	Universidade Federal do Pará (UFPA)	2011
NORDESTE	Bahia	Universidade Federal da Bahia (UFBA)	1997
	Paraíba	Universidade Federal da Paraíba (UFPB)	2008
		Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)	2006
CENTRO-OESTE	Distrito Federal	Universidade de Brasília (UnB)	1990
SUDESTE	Espírito Santo	Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)	1999
	Rio de Janeiro	Universidade Federal Fluminense (UFF)	1978
		Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Uni-Rio)	1977
	São Paulo	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)	2003
	Minas Gerais	Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)	2008
SUL	Paraná	Universidade Estadual de Londrina (UEL)	1997
	Rio Grande do Sul	Universidade Federal do Rio Grande do Sul (FURG)	1999
		Universidade Federal do Rio Grande (FURG)	2008
		Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)	1976
	Santa Catarina	Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)	2009

Fonte: Elaboração própria, adaptado de SOUZA (2001) e SANTOS (2015)

Vale ressaltar que passado a década de 90 houve uma expansão dos cursos de Arquivologia em decorrência do Programa de apoio a Planos de Reestruturação e expansão das Universidades Federais, o REUNI, uma iniciativa do governo Federal, ao qual visava dotá-las de recursos financeiros para ampliação do acesso, aumento da qualidade dos cursos e melhor aproveitamento da estrutura física desses espaços.

Como observado na tabela 01 seis desses cursos foram criados após a implantação do programa, como: a UFPB, UFAM, UFMG, FURG, UFSC e UFPA (SANTOS, 2015, p. 39), a maioria implantada em 2008. Quanto ao ensino de nível médio, ou seja, o ensino técnico em Arquivologia, não foram encontrados registros sobre cursos criados, desde a transferência dos cursos ministrados no Arquivo Nacional para a Uni-Rio.

Os cursos superiores em Arquivologia, são ministrados em horários variados: de manhã, de tarde ou a noite e o meio mais comuns de ingressar é se inscrevendo na prova o vestibular, hoje, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); por transferência ou sistema de cotas. Segundo Souza:

dos cursos de Arquivologia no Brasil, a maioria deles é oferecida no período noturno, o que possibilita aos alunos iniciar nas práticas profissionais ou ter uma vinculação com uma atividade externa. O período diurno é oferecido nas universidades, UFSM, Unesp, UFAM e UFSC. Duas universidades UFES e UFPA, oferecem o curso no período vespertino e a Uni-Rio, UnB, UEL, UFRGS, UFMG, FURG, oferecem no período noturno. Em outras universidades o curso é oferecido em dois períodos sendo: UFF, UFBA, UFES, UEPB e UFPB (SOUZA, 2011, p.95)

Basicamente o objetivo dos cursos está orientado para a formação de profissionais para o exercício laboral, porém a defasagem da legislação arquivística e do seu currículo mínimo, esta formação na maioria das faculdades se caracteriza com o exercício voltado a administração pública (FONSECA, 1999)

Em 41 anos de vigência no Brasil, o ensino da arquivística ainda que em alguns casos se encontre em processo de reformulação curricular, a maioria ainda segue o rol do currículo mínimo proposto em 1974. A resolução nº 28, do conselho Federal de Educação define as matérias com o currículo para as instituições de ensino no qual passam pela: introdução ao direito, introdução ao estudo e história, noções de contabilidade, noções de estatística, arquivos I a IV documentação, introdução à administração, história administrativa, econômica e social do país; paleografia e diplomática, introdução a comunicação, notariado e língua estrangeira moderna (SOUZA, 2011), “o enfoque dos cursos de graduação é capacitar o estudante para atuar nos problemas mais genéricos dos arquivos, mas com uma vertente considerável de teoria” (SOUZA, 2011, p. 97), a resolução fixa ainda que “o curso será ministrado com um mínimo de 2.160 horas - aula, distribuída entre 3 a 5 anos, incluindo o estágio supervisionado” (FONSECA, 1999)

Quanto aos programas de pós-graduação nível *Stricto-sensu* na área, somente há um curso de mestrado focado no campo disciplinar arquivístico: o Mestrado Profissional em Gestão

de Documentos e Arquivos, criado em 2012 na Universidade do Rio de Janeiro – Uni-Rio. No nível *Lato sensu*, que abrange algum tipo de formação relacionada a Arquivologia há o curso de Especialização em Organização de Arquivos ofertado pelo Instituto de estudos Brasileiros e pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo; o curso de Organização, Planejamento e Direção de Arquivos, pelo Arquivo Nacional; o de Gestão em Arquivos, pela Universidade Federal de Santa Maria; Especialização em Arquivo Empresarial pelo Departamento de Biblioteconomia da Universidade federal do Amazonas; o curso de Especialização em Gestão de Arquivos Públicos e Empresariais, pelo Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina. (SANTOS, 2015). Ainda há a possibilidade de seguir a formação continuada na pós-graduação em ciência da informação que engloba conhecimentos gerais da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

Os cursos de formação são agentes importantes para a consolidação da arquivística e das políticas públicas em arquivos, uma vez que, além de desenvolvê-la cientificamente, por meio de pesquisas, incentivam a relação com a sociedade em projetos de estágio e extensão melhorando a visibilidade profissional, integração social além de aumentar o número de profissionais com competência para atuar no mercado de trabalho.

2.2. O mercado de trabalho para o Arquivista no Brasil

Os estudos acerca do mercado de trabalho para o arquivista, no Brasil, ainda são escassos ou quase inexistentes ainda que nas últimas décadas mesmo tenha ocorrido uma ampliação considerável das oportunidades de trabalho para esse profissional (SOUZA, 2011). As possibilidades de atuação do arquivista no mercado laboral são tão amplas e diversificadas, se considerarmos a variedade de suportes e meios de veiculação da informação, que vai muito além do estereótipo do arquivista tradicional idealizada pelos leigos da sociedade.

Sendo que “os arquivos, por se configurarem como um produto natural as atividades administrativas estão presentes em todas as esferas da sociedade”(LOPEZ, 2008, p. 225), qualquer organização ou pessoa física que produza e mantenha algum registro formal, possui material de arquivo vital para poder exercer suas atividades e, comprovar perante órgãos fiscalizadores os direitos e o respeito à legalidade jurídica (LOPEZ, 2008), fazendo dos arquivos parte estratégica importante para a sociedade. As diversas opções no mundo do trabalho para este profissional são exemplificadas por Souza:

as empresas públicas e privadas, as instituições arquivísticas públicas e privadas, os centros de documentação e informação, as universidades e os centros de pesquisa, as filmotecas e os museus, junto com bancos de dados e serviços de consultoria arquivística. Além disso também se inserem as clínicas médicas e os hospitais, as instituições culturais e financeiros, as sociedades e cooperativas, os centros de ensino, os arquivos particulares e as consultorias, além de órgãos dos poderes legislativo, executivo e judiciário, entre outros. De fato qualquer, instituição produtora de informação é um espaço de trabalho potencial para os arquivistas. (2011, p. 112)

No cenário brasileiro, por mais que exercício da função seja antigo e o seu reconhecimento profissional tenha ocorrido na década de 70, o arquivista somente conseguiu se inserir efetivamente no mercado nacional nos anos 90 como afirma Souza

os sinais mais claros do ingresso do arquivista no mercado de trabalho no Brasil são percebidos, inicialmente, nos anos 90, mas com mais intensidade a partir da década seguinte com a publicação de diversos concursos públicos, algo que se tornou mais frequente nestes últimos anos graças a iniciativa dos governos brasileiros (2011, p.20)

Embora a iniciativa pública seja ainda a maior empregadora de serviços especializado em arquivo, a iniciativa privada aos poucos vem solicitando este serviço de forma a contemplar direta ou indiretamente este profissional e ampliar seu campo de atuação. De acordo com Stahl “esse amplo mercado de trabalho continua em expansão devido ao fato que todas as empresas produzem documentos que permitem testemunhar sobre a criação e evolução, desenvolvimento e precisam de profissionais arquivistas para organizar os arquivos de modo a facilitar a busca pelas informações” (2009, p.45). sedo assim “enquanto existir produção de informação arquivística, novos espaços de trabalho serão abertos para a atuação dos arquivistas “(SOUSA, 2011, p.53)

Além de abranger diversos setores seja no setor público ou privado, os arquivistas também podem desempenhar outras funções de forma igualmente produtiva como na área da docência, em instituições de ensino superior ou técnico; em investigações para a reconstituição da memória coletiva como instrumentos importantes para a construção da cultura social e, também na atuação independente em consultorias e assessoria técnica

Na chamada a “era da informação”, o arquivista vincula as habilidades adquiridas ao longo de suas experiências acadêmicas e profissionais às tecnologias da informação e comunicação hoje tão presentes na sociedade, que exige o aperfeiçoamento de suas competências afim de que estejam de acordo com as novas exigências de mercado como corroboram Fonseca e Oddone:

é a partir de 1990, ante ao conjunto tão proclamado de processos da nova ordem mundial; da quebra de paradigmas e com a expansão das redes de informação tendo como suporte o desenvolvimento das tecnologias de comunicação surgem novas demandas para o profissional da informação atuar nas unidades de informação (2008, p.6)

A informática e as tecnologias eletrônicas permitiram maior participação da coletividade na geração, reunião, difusão, recuperação e eliminação da informação, assim como na fiscalização das ações, principalmente de órgãos governamentais, nessa concepção, Lopez:

O maior acesso da população a bens e serviços tem aumentado o acúmulo de documentos probatórios de tais atividades pelos cidadãos, que se soma ao incremento da fiscalização do Estado às atividades cotidianas – sobretudo aquelas que produzem bens e direitos - propiciando tanto por uma melhor racionalização dos aparelhos do governo como pela criação, através de novas tecnologias de informação de eficientes ferramentas de controle (2008, p. 225)

As transformações vindas com a modernização tecnológica e globalizada vem ressignificando o mercado de trabalho. Essa nova filosofia econômica afeta diretamente a sociedade impondo uma nova cultura às profissões que tendem a se reinventar constantemente para não se tornarem obsoletas. Com a arquivística, não é diferente. Apesar de ainda manter o nicho de mercado tradicional ainda contempla os emergentes como a gestão eletrônica de documentos (MARINS, 2017)

Hoje o maior problema enfrentado pelo profissional arquivista no mercado de trabalho está em desmitificar a ideia de que o arquivo serve somente como lugar de guarda, e suas atribuições somente estão relacionadas a organização de papéis. Em alguns casos há quem acredite que a arquivologia será extinta por causa da grande imersão das tecnologias da informação e comunicação na vida social, no ambiente empresarial, no ensino e campo científico.

A informática e as novas tecnologias só contribuem para o surgimento de novos modelos de gestão e faz com que os arquivistas também se voltem para a gestão da informação em diferentes suportes, ampliando seu campo de atuação no ambiente de trabalho. Este dinamismo acentua seu caráter multidisciplinar faz com que o profissional arquivista se adeque e aprimore a fim de suprir as necessidades que o mercado de trabalho requer.

3. A ARQUIVÍSTICA E O ARQUIVISTA NO ESTADO DO PARÁ

No Estado do Pará, antes da inserção da faculdade de arquivologia na UFPA, as únicas referências sobre técnicas de arquivamento vinham do Arquivo público do Estado. Nos anos 80 o estado passa a compor um seleto grupo de estados brasileiros a instituir um sistema de arquivos para normalizar condições de realização de uma política arquivística entre os arquivos Brasileiros.

O Sistema Nacional de Arquivos (SINAR) que teve sua primeira proposta em 1962, porém “somente em 1994 é que se tem a apresentação de projetos visando a implementação de um Sistema Nacional de Arquivos composto pelo conjunto de serviços arquivísticos públicos e privados do país” (FREITAS; WITKOWSKI, 2009, p. 254). O SINAR tinha por finalidade implementar a política nacional de arquivos “estabelecendo que suas atividades sejam desenvolvidas de forma integrada com o sistemas de arquivo público e privado em suas três fases e estimulará os demais estados, bem como os municípios, que ainda não dispõem desse planejamento e moderno instrumento racional-legal de administração, a criarem também seu sistema de arquivo” (FREITAS; WITKOWSKI, 2009,p.258)

Embora criado legalmente, o SINAR nunca foi de fato implementado no Brasil, pois os arquivos no país, são culturalmente vistos como lugar de atividades sem muita importância para a maioria das chefias da administração pública, e esse equívoco reverbera no descaso em todo aspecto, inclusive, na formação e contratação de mão de obra especializada para a implementação de política de arquivos eficiente.

Os indícios sobre a inexistência dessa política de arquivos no Brasil são observados por Jardim e Fonseca ao esclarecerem que essa questão está relacionada a frequente confusão conceitual existente entre lei e políticas públicas no país. Os estudiosos alegam que “Um sistema [...] não é órgão executor de políticas públicas” (2008, p. 11), e explicam: “a legislação arquivística fornece elementos normalizadores a política arquivística, mas não é em si uma política” (JARDIM; FONSECA, 2008, p. 10). Este procedimento fica a critério dos órgãos executores na utilização da lei como uma ferramenta para desenvolver procedimentos relativo aos arquivos.

Os estudiosos ainda consideram que para se implementar uma política pública de arquivos em qualquer esfera de poder, necessita-se sobretudo, de um conjunto multidisciplinar onde os diversos setores da sociedade devam estar envolvidos na sua formulação e avaliação. E cada representante da sociedade, seja assegurada uma participação igualitária nas devidas comissões ou conselhos dos órgãos executores dessas políticas públicas para torná-la possível

e integrada. Sendo assim, considerando a importância dada a causa dos arquivos no Brasil, a implementação de uma política nacional é um objetivo ainda muito distante, pois historicamente percebe-se sempre um maior envolvimento da iniciativa pública no desenvolvimento e absorção da arquivística que ainda está muito voltada para a gestão de arquivos em órgãos públicos (JARDIM; FONSECA, 2008).

Mesmo havendo essa forte presença do Estado nos órgãos executores de políticas arquivísticas, as articulações para o êxito de projetos como este, dependem continuamente da boa vontade das políticas de Estado para com seus registros e identidade nacional.

No Pará, o sistema de arquivos desenvolvido pelo Arquivo Público, encontra-se limitado a promoção de cursos de capacitação e orientação de técnicas de conservação, preservação e arquivamento para gestores de arquivos dos órgãos estaduais e municipais, uma vez que a profissão de arquivista não foi contemplado como instrumento fundamental para a implementação de políticas arquivísticas, e nem viabilizou a regulamentação estadual desse profissional, como dispõem a lei federal nº 6.546/78.

Nesse sentido, o estado do Pará por muitos anos ficou desprovido de profissionais especializado para atuar em seus arquivos. Em decorrência da dificuldade em trazer profissionais de outros estados brasileiros, há escassa realização de processos seletivos destinados ao arquivista no estado e quando surgem sugerindo esta função, são designados a outros profissionais normalmente com titulação de administradores e bibliotecários, quando não, são designados a profissionais com pouca qualificação para o cargo.

A não obrigatoriedade na contratação de recursos humanos especializados em arquivos em muitos casos pode ocasionar o acúmulo de massa documental desnecessária e perda de documentos importantes para a administração e para o contexto nacional.

a criação de quadros de arquivistas é fundamental para estimular a permanência e o desenvolvimentos desses profissionais nos órgão de arquivo e, assim, garantir um trabalho arquivístico com padrão de qualidade compatíveis com a importância dos objetivos do arquivo, o que significa garantir informação confiável para comprovação dos direitos dos cidadãos e atender as necessidades das pesquisas científicas e tecnológicas (PAES, 1998, p. 249)

Mesmo o estado apresentado essa carência, não se pode generalizar na afirmação de que todos os arquivos de sua estrutura pública sofram com o descaso e a má observação das normas arquivísticas, por não disporem de um ampla oferta de profissionais especializados para atender esta demanda, mas deve-se reforçar que os conhecimentos e a sensibilidade de um

profissional especializado em determinada área, oferece maior benefício por meio de sua motivação, reduzindo erros e problemas internos, maior atenção quanto aos desperdícios de materiais, maior satisfação na disponibilidade ao acesso da informação, entre outros.

Com a faculdade de arquivologia no Pará novos debates acerca da preservação, gestão de documentos e das políticas públicas nos arquivos institucionais do estado e município tem se intensificado e levado a comunidade acadêmica e de profissionais enfrentarem outros desafios que vão desde da conscientização social da importância dos arquivos para cidadania, à visibilidade e valorização do profissional arquivista na implementação da gestão documental institucional.

Dentro do contexto brasileiro, torna-se importante identificar e relacionar os principais agentes arquivísticos que existem no Estado do Pará para compreender como a arquivística foi e está sendo desenvolvida, principalmente, nos órgãos públicos do Estado, e a participação do arquivista neste processo.

3.1. Arquivo Público do Estado do Pará (APEP)

Fundada em 1839 como Biblioteca pública, o Arquivo Público do estado surgiu por uma iniciativa de “um paraense desconhecido e estudante de medicina em Lisboa como uma cooperação no desenvolvimento intelectual da província” (VIANA, 1975, p. 86). Durante o processo de construção da biblioteca, mesmo com apoio de autoridades públicas, a iniciativa enfrentou grandes problemas relacionados ao espaço físico, auxílio financeiro, aquisição de livros e manutenção de pessoal que a fez ser, de início, um projeto quase inútil. (VIANA, 1975),

Quase trinta anos depois de seu surgimento a biblioteca, enfim, teve suas primeiras instalações anexadas ao Liceu Paraense (atual Escola Estadual Paes de Carvalho), uma casa particular situada no Largo do Palácio (atual Praça Dom Pedro II), sob direta fiscalização do conselho da instrução pública, órgão responsável pelas políticas de educação e cultura. (VIANA, 1975)

O grande desgaste sofrido pelo descaso e as constantes mudanças de local antes de se instalar no Liceu, fez a biblioteca perder quase todo seu valioso acervo. Esta precária situação, fez Presidente Portela, na época, a primeira autoridade da província, criar uma nova biblioteca e num discurso patriótico veiculado em jornal de ampla circulação na cidade, solicitou ajuda da população com doações de todo e qualquer recurso e material nacional ou estrangeiro para compor um novo acervo. Porém, em consequência da instabilidade do funcionalismo público o material bibliográfico adquirido também veio sofrer com o descaso. (VIANA, 1975)

tal foi a vida da Biblioteca pública desde a sua fundação até o advento republicano, desorganizada e obscura, porque as péssimas condições do local, o defeituoso material técnico, a incúria³, absorveram a seiva vigorosa que os doadores porfiaram em dar-lhes (VIANA,1975, p.96)

Somente no governo do Dr. Lauro Sodré e de seu vice-governador Dr. Gentil Augusto Bittencourt, a biblioteca entrou em uma nova fase, que se prolongou até o governo de Dr. José Paes de Carvalho (1897-1899). A aquisição de um novo prédio localizado na avenida Campos Sales esquina com a treze de maio melhorou consideravelmente as condições da biblioteca que entrou em funcionamento em 1895, dispondo de um bom material técnico, de vastos salões depósitos, cômodos para diversas seções e uma ampla sala de leitura. O novo espaço sugeria uma nova regulamentação exigindo condições de instalação e ampliação serviços internos

Desta vez a lei nº 164 de 31 de maio de 1894, autorizou o governo a reorganizar a repartição [...], em seu artigo 1º se prescreveu o anexamento à biblioteca, o arquivo existente na secretaria de governo, relativo aos antigos Estados e Capitânicas do Grão-Pará e Rio Negro e a época decorrida da proclamação da independência a 1840, daí proveio a seção de manuscritos, que pela primeira vez, divulga com este volume de documentos seus (VIANA,1975, p. 99)

Esta nova reorganização possibilitou no primeiro lote de documentos oficiais a serem guardados num espaço destinado a leitura e consulta pública.

Durante o governo de Augusto Montenegro, auge da Belle Époque, houve nova reforma na biblioteca, e o decreto nº 996 de 16 de abril de 1901 concedeu nova organização aos serviços administrativos, foram criadas três secretarias de Estado e se instituiu o Arquivo público anexado à biblioteca, sobre isso Viana:

este ato administrativo importou na organização obrigatória, regular e sistemática de todos os arquivos, nos quais vinham de longe parasitando desordem e a incúria, buscando por um lado facilitar aos diferentes departamentos públicos a consulta rápida e segura das peças oficiais, e por outro a conservação valiosa do passado escrito, como subsídio indispensável ao estudo da nossa história (1975, p. 100)

A partir do decreto nº 996/1901 o arquivo passa de espaço incorporado a biblioteca para espaço distinto a biblioteca, mesmo compartilhando o mesmo prédio. O Estado fez grandes investimentos, pois necessitava dessa documentação organizada principalmente por causa da

³ Falta de cuidado; desleixo, negligência

confusão nos processos de delimitação de terras onde o arquivo público foi muito requisitado para consulta de registros oficiais.

Assim, Biblioteca e Arquivo conviveram alguns anos compartilhando o mesmo espaço até a fundação do Centro Cultural e Turístico Tancredo Neves (CENTUR), em 1986 para onde a biblioteca foi transferida.

Ainda na década de 80, o Arquivo Público incrementa suas atribuições, passando a ser responsável por implementar, avaliar e monitorar políticas públicas de gestão de documentos e informação, envolvendo importante conjunto de programas de gestão, tratamento técnico, transferência, recolhimento, preservação, disponibilização e divulgação de documentos e informações produzidas, recebidas e acumuladas pelo poder público em qualquer suporte e/ou formato. (PARÁ, 2017)

Atualmente, o Arquivo encontra-se subordinado à secretaria de Estado e Cultura (SECULT), sob a direção do historiador Leonardo da Silva Torii. O lugar é especificamente responsável pelo conjunto de documentos produzidos, recebidos e acumulados por órgãos públicos estaduais (executivo e legislativo) no exercício de suas atividades e por promover atividades educativas e eventos culturais onde são oportunamente apresentados e discutidos assuntos relativos ao papel social do arquivo, a memória do estado e a gestão documental

Em seu acervo estão catalogados cerca de quatro milhões de documentos do período imperial ao republicano dos estados do Pará e Maranhão que retratam momentos históricos importantes para a identidade da cultura local, e que fazem da instituição um dos principais espaços de pesquisa para a comunidade acadêmica e pesquisadores de todo o país e do mundo. (PARÁ, 2017). De acordo com informações do site da Secretaria de planejamento do estado do Pará- SEPLAN, o documento mais antigo armazenado no local é datado em 1946 e o último recolhido e armazenado é datado em 1986. (PARÁ, 2017), pois a limitação do espaço físico do arquivo tem impedido o recolhimento de documentos dos órgãos do estado, dificultando seu tratamento e correto armazenamento no local

3.2. Sistema Estadual de Arquivos do Pará (SEAP)

Com o propósito de promover o intercâmbio entre os arquivos públicos e privados objetivando a modernização e integração sistêmica das atividades e serviços arquivísticos do Brasil foi aprovado na casa legislativa do estado do Pará, no dia 17 de fevereiro de 1989, o decreto de nº 5.901, instituindo na Secretaria de Cultura do Estado do Pará, o sistema de

arquivos entre os órgãos e entidades da administração direta e indireta do estado responsáveis pelas atividades de arquivo.

Os objetivos do sistema são: dar apoio ao Arquivo público do respectivo estado, nas suas funções de assegurar a proteção e preservação dos documentos arquivísticos do poder público Estadual; integrar as fases documentais correspondentes aos arquivos correntes, intermediários e permanentes, com observância às peculiaridades dos órgãos produtores de documento e estimular o acesso a esse patrimônio arquivístico público de acordo com as necessidades da comunidade (PARÁ, 1989)

Ainda em vigência no estado, o dispositivo pode ser consultado diretamente no site da Assembleia legislativa do Pará em seu banco de leis. O documento é estruturado em quatorze artigos que estabelecem seus integrantes e suas respectivas funções.

De acordo com o sistema , o **Arquivo Público do Estado** está na condição de órgão central, ao qual caberia a funções normativas de coordenação e interação do serviço estadual; a articulação com os integrantes da SAEP; o cadastro dos órgão do sistema; a elaboração e divulgação de princípios, diretrizes, métodos de organização e funcionamento das atividades de arquivo; prestar orientação técnica as unidades responsáveis pela guarda de documentos dos órgão conveniados ao sistema sem prejuízo de sua subordinação administrativa; orientar e controlar a elaboração dos planos de destinação de documentos; aprovar os planos de destinação elaborados pelos integrantes do sistema antes de sua aplicação; providenciar convênios entre o governo e entidades públicas e privadas, municipais e estaduais, nacionais ou internacionais; promover a realização de programas de treinamento para o desenvolvimento de recursos humanos e compatibilizar as ações da SAEP com as normas e diretrizes emanadas do Arquivo Nacional como órgão Central do Sistema Nacional de Arquivos (SINAR)

Os **Órgãos setoriais** formados por unidades técnico-administrativos incumbidos das atividades corrente e intermediário da administração direta e indireta do Estado, cabem assegurar as autoridades das secretarias de Estado ou autarquias a que pertencem nos assuntos relacionados ao sistema; planejar e acompanhar a execução no âmbito das secretarias de estado ou autarquias a que pertencem , os programas e diretrizes emanadas do órgão central do sistema; colaborar com o órgão central do sistema na elaboração de normas disciplinares de recepção, produção, tramitação, arquivamento e transferência dos documentos gerados no âmbito de atuação; manter o cadastro das unidades pertencentes às suas estruturas organizacionais responsáveis por atividades de arquivo, bem como da relação das séries documentais que essas unidades mantém sob guarda e, prestar informações sobre atividades técnico arquivístico ao órgão central (PARÁ, 1989)

O terceiro integrante é formado pela **Comissão Estadual de Arquivos (CEA)**, um grupo colegiado de caráter consultivo formado por nove integrantes ligados ao poder público, sendo:

- I- O secretário Estadual de cultura, que o presidirá;
- II- O diretor do Arquivo público como membro nato;
- III- 1 representante do Conselho Estadual de Cultura
- IV- 1 representante do Gabinete Civil;
- V- 1 representante da secretaria de Estado de Administração;
- VI- 1 representante do Departamento de História da Universidade Federal do Pará;
- VII- 1 representante da Associação dos Arquivistas Brasileiros (núcleo do estado do Pará), e
- VIII- 2 representantes do Arquivo Público do Pará (PARÁ, 1989)

Os membros da CEA correspondente aos incisos I e II são designados pelo governador do Estado para mandato de 2 (dois) anos permitida a recondução, e os demais representantes (III a VIII), são designados mediante indicação de cada órgão de origem. Ao colegiado da CEA compete as funções de prestar ao órgão central (APEP), assessoramento de ordem técnica, judiciária e histórico-cultural; manifestação sobre instrução normativa emanadas do órgão central ou órgãos Setoriais do sistema; propor modificações de aprimoramento do sistema; propor medidas para o inter-relacionamento das atividades dos arquivo, correntes, intermediário e permanentes; propor constituição de comissão ou grupos de trabalho para tratar de assuntos específicos; dar parecer prévio sobre convênios e serem formados entre órgão central e as unidades de arquivo da administração pública do estado, além de elaborar seu regime interno.

O decreto ainda determina o uso da tabela de temporalidade como critério para a eliminação de documentos, no qual os documentos integrantes do patrimônio arquivístico público não serão eliminados sem prévia consulta dos profissionais do Arquivo Público do Estado e estabelece que para o correto funcionamento da SAEP, os órgãos e entidades da administração pública estadual deverão adequar suas unidades de arquivo as diretrizes emanadas do Arquivo Público do Estado (PARÁ, 1989).

O sistema de arquivos do Estado do Pará assim como o SINAR, não existe e isso representa a falta de clareza, não somente da população, mas dos representantes do poder legislativo e do poder executivo do estado quanto aos benefícios e importância de uma gestão documental bem executada, respeitando devidamente os dispositivos legais, os princípios arquivísticos, e o fazer peculiar de um arquivista.

3.2.1 Arquivo Municipal de Belém

A capital do Pará, Belém, ainda não desfruta de um arquivo municipal para gestão e guarda de seus documentos, porém um projeto neste sentido surgiu como meta a ser atingida na gestão do prefeito Edmilson Rodrigues por meio do programa: Belém, capital cultural da Amazônia, que visava consolidar uma política cultural na cidade que garantisse a forte participação popular, disponibilizando acesso a bens culturais para sedimentar a identidade social da população paraense. Essa e outras metas foram anexadas à lei municipal de nº 8253, de 4 de agosto de 2003, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária de 2004. Desde então não se tem procurado dar continuidade a esta ideia ou sugestão para novas propostas da administração pública.

3.3 Faculdade de Arquivologia da UFPA.

O curso de arquivologia da Universidade Federal do Pará se deu a partir da II Reunião os arquivistas de Belém, ocorrida no ano de 2007. As diversas evidências que apontaram a necessidade de se ter arquivistas no Estado do Pará partiram das vagas não preenchidas nos concursos públicos realizados; na resistência no deslocamento para o trabalho na região norte do país e, sobretudo, da UFPA dispor de apenas um profissional com graduação em Arquivologia, para suprir a demandas do campus da capital e dos interiores; e, o APEP contar apenas com um bibliotecário especializado em arquivologia. Essas condições também foram responsáveis pela flexibilização das exigências contratuais nessa atividade nas instituições públicas a no Estado Pará. (UFPA,2014)

Outro aspecto que motivou a criação do curso foi a realidade em que se encontrava o patrimônio documental do Estado. A falta de pessoal especializado, os documentos históricos dos municípios encontravam-se frequentemente alocados de maneira inapropriada, suscetíveis a eliminação desordenada, sinistros e a ação de agentes biológicos que proliferam rapidamente devido ao clima quente e úmido da Amazônia brasileira. (UFPA, 2014)

O projeto de criação do curso na UFPA seguiu as exigências da Lei de Diretrizes e bases (LDB) e os princípios da educação contemporânea, centrada na construção de habilidades e competências afim de responder a demanda histórica local por profissionais arquivistas em acordo com as resoluções do Ministério da educação -MEC e as leis federais norteadoras do ser e fazer arquivístico , além da constituição brasileira em seu reconhecimento do valo histórico e

cultural dos documentos enquanto patrimônio a ser preservado e divulgado a sociedade. (UFPA, 2014).

Com o projeto aprovado em 2011, o curso de Arquivologia da universidade Federal do Pará nasceu vinculado ao Instituto de Ciências Sociais aplicadas (ICSA), a princípio esteve sob a coordenação do professor do curso de biblioteconomia, Dr. Hamilton Vieira de Oliveira, que iniciou suas atividades em 2012 no campus da capital, Belém, ofertando quarentas vagas na modalidade presencial em turno vespertino distribuído em oito períodos (4 anos).

No ano de 2014, seu projeto pedagógico é aprovado pelo o Conselho Superior de Ensino e Pesquisa e Extensão – CONSEPE, e sua coordenação passa a ser representada pelo arquivista e professor Dr. Thiago Henrique Bragato Barros, graduado, pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita -UNESP, mestrado e doutorado em ciência da informação também pela UNESP e pós-doutorado em ciência da informação pela UNB. Seu desempenho a frente da faculdade proporcionou benefícios a faculdade como o aumento do corpo docente composto em sua maioria por arquivistas de formação. Em 2018 a direção da faculdade de arquivologia é designada ao professor Doutor em Ciência da Informação pela UFRJ, Roberto Lopes dos Santos Júnior e vice direção da professora Doutora em História Social da Amazônia, Iane Maria da Silva Batista permanecendo assim até a presente data.

O principal objetivo da faculdade de arquivologia da UFPA é formar bacharéis para atuarem na gestão documental de instituições públicas e privadas, como afirma seu projeto pedagógico:

“o egresso do curso em arquivologia deverá ser capaz de diagnosticar problemas na gestão da informação arquivística, investigar, analisar, propor, discutir e executar a melhor solução técnica em cada situação, no contexto do exercício profissional em organização da qualquer natureza” (2014, p.1)

O perfil do profissional formado pela faculdade de arquivologia da UFPA fica orientado ao desenvolvimento de competências culturais, científicas e tecnológicas como lhe atribui a legislação profissional vigente no país, contemplados por disciplinas específicas, prática de estágio, envolvimento em pesquisas e projetos na comunidade visando o desenvolvimento de habilidade e competências que os permitam:

1. Perceber os limites epistemológico que delimitam o campo de atuação no contexto da grande área da ciência da informação;
2. Contribuir na disseminação da consciência sobre a importância probatória dos documentos, independente do suporte no qual estejam estruturados;

3. Desenvolver produtos e serviços de informação com base nos conhecimentos teóricos e práticos adquiridos na graduação;
4. Elaborar e realizar políticas institucionais de gestão de documentos;
5. Propor, implementar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos no âmbito da arquivologia;
6. Contribuir no desenvolvimento de novas tecnologias necessárias ao trabalho arquivístico;
7. Identificar as necessidades institucionais nas perspectivas do seu campo de atuação;
8. Aplicar tecnologias da informação e da comunicação no trato documental;
9. Realizar serviços como profissional autônomo, na forma de assessoria e consultoria em arquivos e dentro do que assegura a lei;
10. Elaborar pareceres e laudos técnicos na área de atuação profissional;
11. Identificar o fluxo da produção documental em instituições públicas e privadas;
12. Elaborar instrumentos e metodologias de gestão de documentos de arquivos que permitam a organização, a avaliação, a utilização e a eliminação dos mesmos;
13. Executar atividades de arranjo, classificação e descrição de documentos de arquivo;
14. Planejar e executar atividades de difusão da informação arquivística;
15. Planejar, organizar, supervisionar e avaliar serviços de arquivo de organizações públicas e privadas;
16. Auditar iniciativas de organizações públicas e privadas na gestão eletrônica de documentos;
17. Planejar coordenar rotinas de trabalho em unidades arquivísticas, definindo funções e estabelecendo a política institucional de arquivos, visando o atendimento ao cliente dentro de padrões técnicos e éticos;
18. Gerir a preparação, o recebimento, a distribuição, o controle, a higienização e a preservação da documentação arquivística das organizações;
19. Elaborar e executar iniciativas de pesquisa, contribuindo na ampliação do conhecimento científico na Arquivologia e na ciência da informação;
20. Assessorar na elaboração de normas visando o aperfeiçoamento do trabalho arquivístico no trato da informação registrada em diferentes suportes, e
21. Conhecer e aplicar diferentes estratégias de marketing no contexto dos arquivos públicos e privados, a fim de promover o acesso à informação. (UFPA, 2014)

Desta forma o bacharel em arquivologia será preparado a atuar de forma crítica e inovadora nas questões relacionadas ao trabalho arquivístico, como um profissional qualificado para atuar no mercado de trabalho.

3.4 Associação dos Arquivistas do Estado do Pará (AAEPA)

Fundada em 30 de outubro em 2018, a AAEPA, foi uma iniciativa, da arquivista Marina Thiara Santiago Martins em conjunto com outros profissionais e discentes do curso de arquivologia, com o propósito de prover a falta de representatividade e reconhecimento dos

arquivistas na iniciativa privada e pública do estado para que possam concorrer a vagas de cargos disponibilizadas para a gestão de arquivos, normalmente direcionadas a profissionais de áreas afins ou ocupadas por profissionais sem capacitação.

A entidade sediada na capital, Belém, é dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos e caracteriza-se por seu cunho científico, técnico, profissional e cultural. De acordo com seu estatuto social suas finalidades são:

- Contribuir e congregar profissionais que defendam o desenvolvimento técnico e científico da arquivologia, no Estado do Pará;
- Cooperar com Associações públicas e privadas, nacionais e internacionais na solução de problemas relacionados à gestão, preservação de arquivos e o exercício profissional, em conformidade com a Lei nº6.546/78, que dispõem sobre a regulamentação das profissões de Arquivistas e de técnico de Arquivo;
- Participar, fazer-se representar e organizar eventos que contribuam para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento no campo da Arquivologia, além de colaborar, quando solicitada e na medida de suas possibilidades, nos eventos promovidos por Associações afins;
- Publicar e divulgar literatura e documentação técnico-científica de interesse da Arquivologia e áreas afins;
- Manter intercâmbio cultural, profissional, técnico científico e social com Associações congêneres no país e no exterior;
- Conferir títulos, certificados, prêmios e lãureas a profissionais que se destacarem no campo da Arquivologia;
- Mobilizar a sociedade para reivindicar políticas públicas em defesa da preservação do patrimônio arquivístico municipal, estadual e nacional;
- Colaborar com o Arquivo Nacional, arquivos estaduais e arquivos municipais no desenvolvimento de políticas públicas na área de arquivo e;
- Publicar boletim informativo dirigido aos associados. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVITAS DO ESTADO DO PARÁ, 2018, p. 1)

Com a implementação da AAEPa almeja-se que essa contribua na melhora das condições de trabalho aos profissionais arquivistas ou técnicos de arquivo; na oferta de vagas considerada inexistentes no âmbito do estado e municípios, fazendo que estes cumpram com a lei federal nº 6.546/78 e o decreto nº 82 590/ 78, assim como contribua no processo de qualificação do profissional.

4. MAPEAMENTO SOBRE ATUAÇÃO PROFISSIONAL DOS EGRESSOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DO PERÍODO DE 2015 A 2019 DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.

Nesta pesquisa de campo se objetivou verificar a condição acadêmica e profissional dos egressos da faculdade de Arquivologia da UFPA no Estado. Foram delimitados os egressos formados entre o período de 2015 a 2019, totalizando aproximadamente 90 egressos (84 com vínculo encerrado e 6 com atividades concluídas porém ainda com vínculo à faculdade de acordo com o Sistema Integrado de Gestão de Atividade Acadêmica - SIGAA), como universo de amostra a ser investigado entre os períodos de 6 de outubro de 2019 a 23 de novembro de 2019.

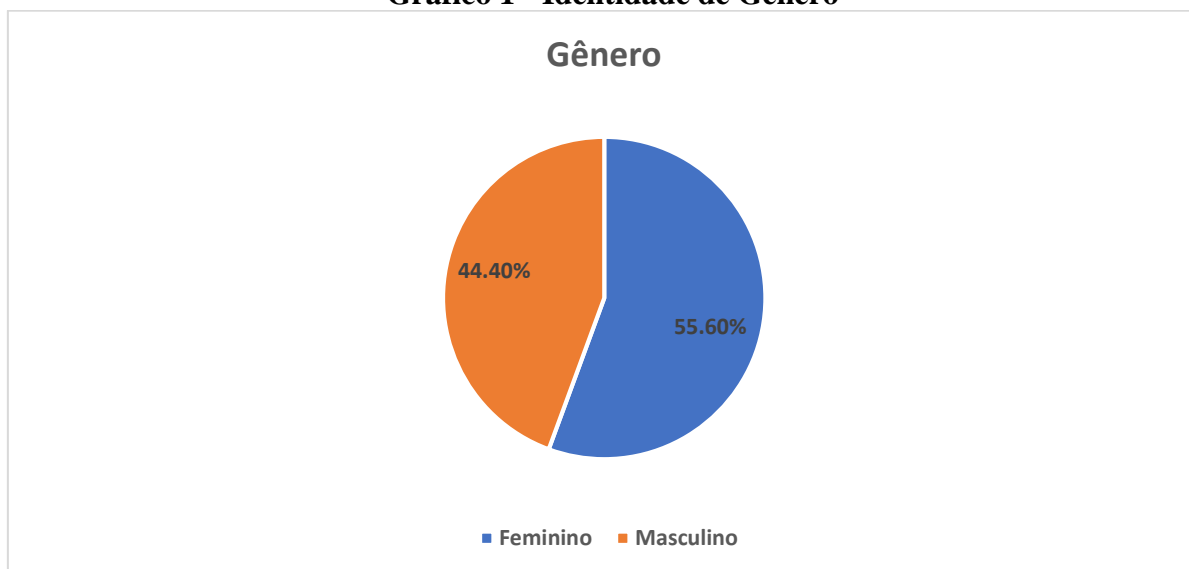
Por se tratar de uma pesquisa quali-quantitativa o método de abordagem do público alvo ocorreu por meio de questionário elaborado em meio eletrônico pelo *Google formulários* (Apêndice A) estruturado em 10 perguntas objetivas e 3 perguntas subjetivas a respeito do ingresso no mercado de trabalho no estado e a contribuição dos ensinamentos da academia para atuação profissional.

O instrumento de pesquisa foi igualmente enviado por endereço eletrônico, aplicativo de mensagens instantâneas e páginas de redes sociais para atingir o maior número possível de egressos, assim como oferecer maior comodidade e disponibilidade para respondê-lo. Contudo, por se tratar de um número considerável a ser atingido, o curto período de tempo para a realização de pesquisa resultou em entraves com poucas chances de correção como: contatos e endereços eletrônicos inativos, indisponibilidade de tempo e/ou interesse de alguns egressos em responder aos questionamentos. Endo assim, obtivemos até a data limite para entrega deste trabalho cerca de 45 respostas.

Com base nos dados obtidos foi possível traçar um breve perfil dos egressos da faculdade de Arquivologia da UFPA, fazer uma breve análise da relação entre academia e atuação profissional dos arquivistas paraenses mesmo, essa em condição não regularizada no estado.

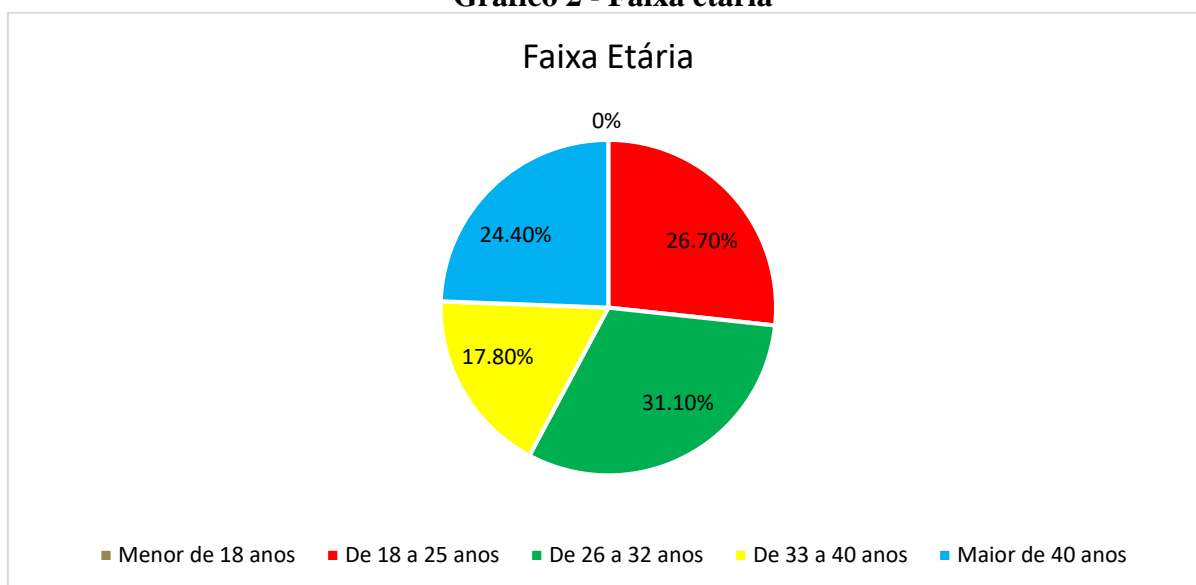
4.1 Caracterização dos egressos da UFPA

No público envolvido foi observado uma tímida expressividade do gênero feminino não qual obtivemos 25 ocorrências correspondendo ao índice de 55,60% e 20 ocorrências para o público masculino correspondendo ao índice de 44,40%, como mostra o Gráfico 1:

Gráfico 1 - Identidade de Gênero

Fonte: Elaboração própria

A divisão populacional de acordo a faixa etária, ocorreu conforme a representação do Gráfico 2.

Gráfico 2 - Faixa etária

Fonte: Elaboração própria

Apesar da diversidade de idades, 14 pessoas estão entre os egressos entre 26 a 32 anos estão representados pelo maior índice de 31,10%, caracterizando um público jovem. O grupo com idades entre 18 a 25 anos contabilizam 12 egressos, representados pelo índice de 26,7%. O público com mais de 40 anos somou 11 do total de egressos que participaram da pesquisa,

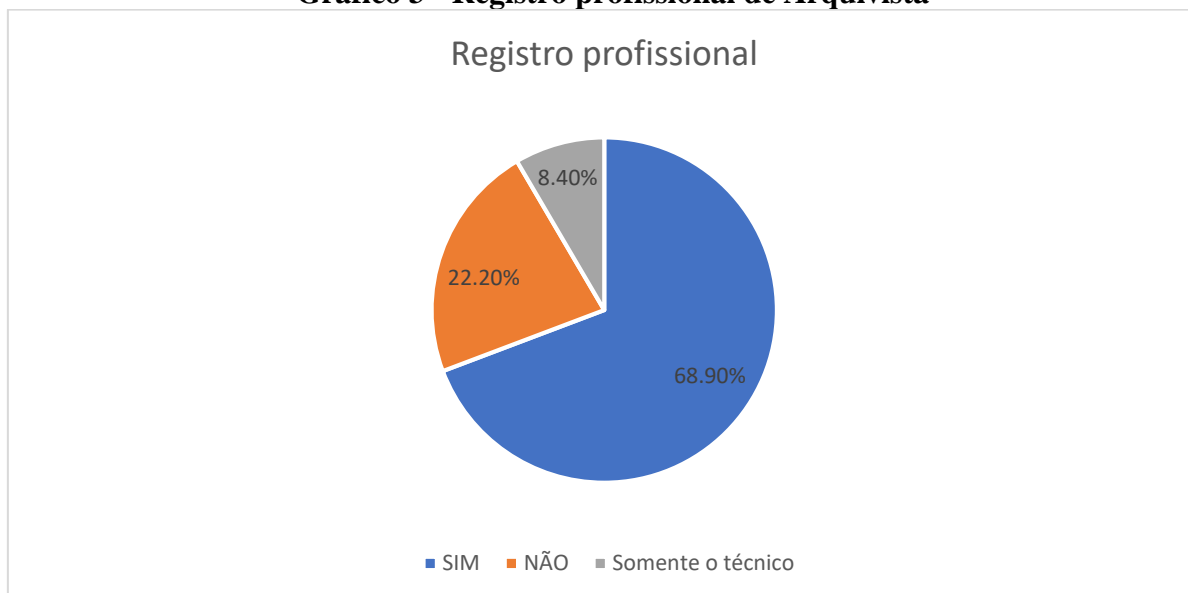
representados pelo índice 24,40%, ficando à frente dos 8 egressos que estão entre os 33 a 40 anos representados pelo índice de 17,8%.

4.2 Atuação profissional dos egressos da UFPA.

Nesse bloco de perguntas estão relacionadas a situação atual dos egressos no mercado de trabalho. Considerando os 45 questionários respondido como o total de 100% das respostas válidas.

No Brasil, para que seja possível o exercício da profissão é necessário que se tenha formação em curso superior. Na maioria dos casos, além do diploma, exige-se o registro profissional, que comprove a regulamentação profissional e garanta os direitos trabalhistas referentes a categoria. Como no país ainda não existe um Conselho Federal de Arquivologia que disponibilize esse registro como em outras profissões, o Ministério do Trabalho concede este serviço para as profissões regulamentadas por lei Federal, como o Arquivista e do Técnico de arquivo. Desta forma se procurou saber se os egressos do curso de Arquivologia da UFPA estão em situação regular para atuar profissionalmente a partir da aquisição do registro profissional do MTE, e o resultado está representado no Gráfico 3

Gráfico 3 - Registro profissional de Arquivista



Fonte: Elaboração própria

Coletadas 45 respostas, verificou-se que 31 egressos possuem o registro profissional emitido pelo M.T.E correspondente a 68,90%. O quantitativo de 10 egressos com índice 22,20% não possui o registro profissional, e 4 egressos possuem somente o registro de técnico de

arquivo, representado no gráfico pelo índice de 8,4%. Esse registro também é uma importante fonte de informação sobre a profissão no país que também contribui para a garantia de benefícios coletivos.

Com relação a atuação profissional dos egressos, percebe-se que pouco mais da metade dos egressos que responderam este instrumento de pesquisa, está incorporado ao mercado laboral, como aponta o Gráfico 4

Gráfico 4 - Atuação profissional como Arquivista.



Fonte: Elaboração própria

Enquanto arquivistas de formação e profissão, se observou que 53,30% (24 egressos) afirmaram estar atuando na área e 46,70% (21 egressos) não se encontram atuando profissionalmente como arquivistas.

4.2.1. Resultado para o público atuante

Considerando as 24 respostas para a opção “sim” para estar atuando profissionalmente como arquivistas, baseados nas opções existentes para provimento de vaga, 16 egressos estão inseridos no setor público enquanto que 8 egressos estão inseridos no setor privado.

No que concerne aos 16 egressos que estão efetivamente atuando na profissão no setor público, tem-se 13 egressos inseridos em órgãos federais e, 3 egressos em órgãos estaduais e nenhuma ocorrência para órgãos municipais.

Estes dados corroboram uma perspectiva nacional no qual a profissão de arquivista ainda é mais disponibilizada no setor público provido por concursos públicos, principalmente na esfera federal onde é devidamente regulamentada desde a década de 70.

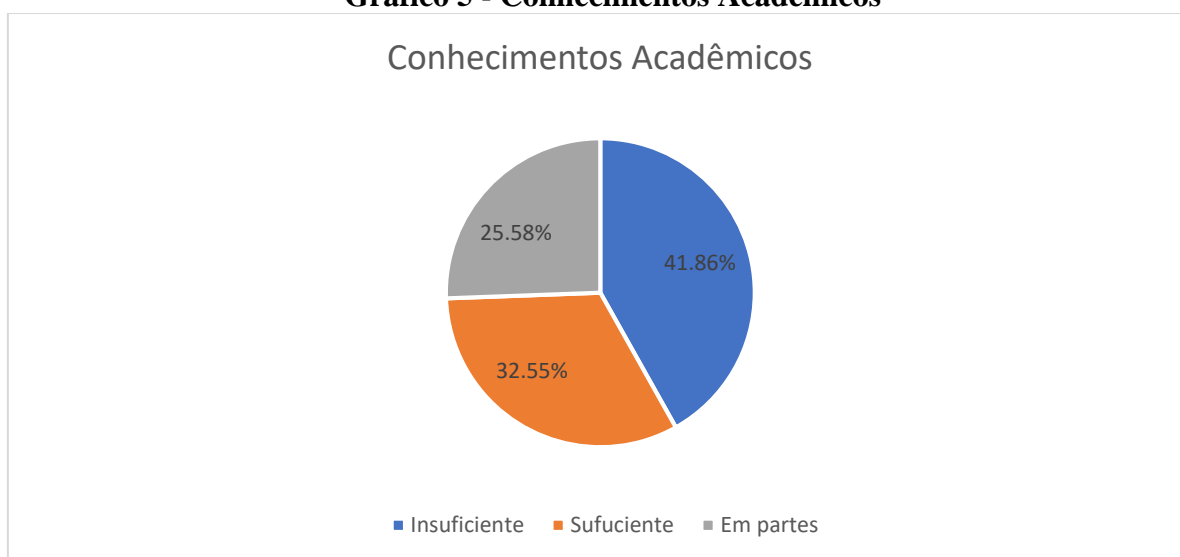
4.2.2. Resultado para o público não atuante

Do total de 21 respostas para quem respondeu “não” para estar atuando profissionalmente como arquivistas, 9 egressos são funcionários públicos investidos em função diferente a de arquivistas, podendo ser tanto no cargo de nível médio como o de superior em outra especialidade; 6 egressos encontram-se sem qualquer vínculo empregatício (Desempregados); 4 egressos são profissionais liberais, ou seja, atuam em outra função que pode ser de nível superior ou técnico, trabalhando por conta própria ou prestando serviço a empresas ou para o próprio Estado. E 2 egressos são profissionais autônomos, ou seja, profissionais habituais ou eventuais que não possuem vínculo empregatício, atuam por conta própria assumindo seus próprios riscos

4.3 O processo de formação na visão dos egressos da UFPA.

Este bloco de perguntas foi direcionado a todos os egressos independentes de estarem ou não na função de arquivistas pois estão relacionadas ao seu entendimento e interesse no aprimoramento do conhecimento científico para o desenvolvimento do exercício laboral do arquivista no mercado de trabalho. A primeira pergunta é aberta e está relacionada aos conhecimentos adquiridos na academia, e se na concepção deles estes conhecimentos são satisfatórios para capacitar o arquivista para o mercado de trabalho. Obtivemos o total de 43 respostas válidas representadas no Gráfico 5

Gráfico 5 - Conhecimentos Acadêmicos

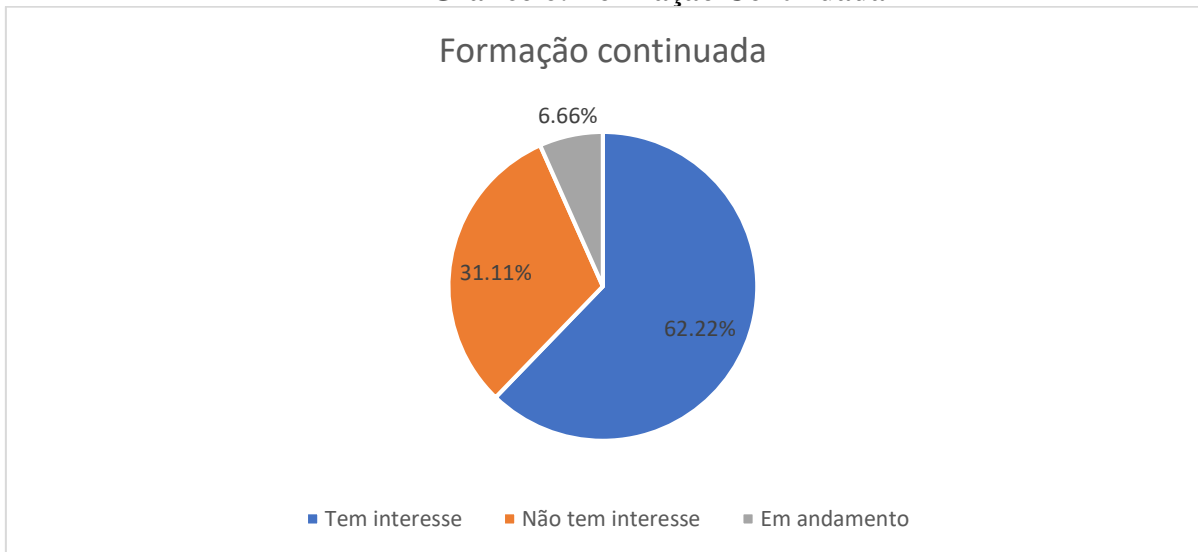


Fonte: Elaboração Própria.

Dentre as repostas negativas sobre os conhecimentos adquiridos na academia serem suficientes para o exercício no mercado de trabalho, 41,86% (18 egressos), acham insuficientes, pois segundo as repostas desse público, a faculdade não prepara o profissional para empreender no mercado competitivo e também pelo fato de a Arquivologia ser uma disciplina muito técnica e a ausência de atividades práticas na faculdade relacionadas ao planejamento e elaboração da gestão documental de documentos físicos e eletrônicos, assim como práticas de conservação, preservação e restauro de suportes documentais, fragiliza o profissional na tentativa de mostrar seu diferencial frente as diversidades que o mercado de trabalho apresenta.

Para as repostas positivas, com índice de 32,55% (14 egressos) a principal justificativa defende que o conhecimento teórico é fundamental para o direcionamento do profissional no seu fazer, e que a grade curricular do curso de arquivologia da UFPA supre a demanda mesmo a realidade no ambiente de trabalho sendo bem diferente das estudadas em sala de aula. E 25,58% (11 egressos) justificam que os conhecimentos adquiridos na academia ajudam parcialmente no exercício laboral, pois alegam que a teoria deve estar simultaneamente relacionada a prática para não implicar na insegurança dos profissionais em suas ações, principalmente para quem pretende atuar no setor privado onde o arquivista tem maior autonomia de criação.

Apesar do maior quantitativo ser negativo para o ensino na graduação vista na questão anterior, se verificou que entre o total de 45 repostas obtidas, 62,22% (28 egressos) têm interesse em prosseguir com a formação continuada, ou seja, investir num programa de mestrado e doutorado voltado a área da arquivologia e afins, e 31,11% (14 egressos) não tem esse interesse em seguir carreira acadêmica. E apenas 6,66% (3 egressos) já se encontram em processo de aperfeiçoamento em cursos de pós-graduação.

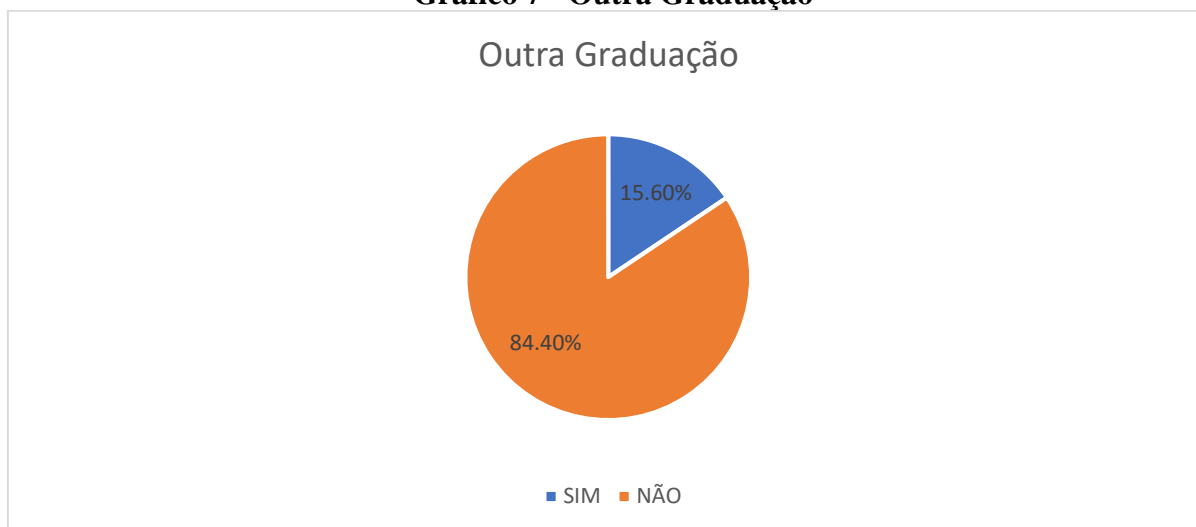
Gráfico 6: Formação Continuada

Fonte: Elaboração própria

O aperfeiçoamento profissional é uma necessidade para se manter atualizado no exercício da profissão de acordo com as novas exigências de mercado onde os antigos conceitos estão sempre sendo superados ou atualizados

4.3.1 Outra Graduação.

Sobre a possibilidade desse grupo de profissionais já possuir uma outra graduação, e considerando o total de 45 respostas válidas, 84,40% (38 egressos) não possuem outra formação superior e 15,60% (7 egressos) possuem ou tem vinculação com outra área de conhecimento, dentre as quais: o direito, biblioteconomia, educação, contabilidade, teologia, secretário executivo bilíngue, e letras estão entre as áreas sugeridas.

Gráfico 7 - Outra Graduação

Fonte: Elaboração Própria

Das 38 (84,40%) pessoas que responderam “não” para possuir outra formação superior, 13 egressos não têm interesse em investir em outra graduação e 25 egressos tem interesse em investir em outra carreira profissional, as justificativas estão representadas na Quadro 2.

Quadro 2 -Motivos para outra Graduação

Motivação	Ocorrência
Complementação e expansão na área	6
Desvalorização da profissão	5
Mais concursos em outras áreas	2
Conhecimento e novas experiências	2
Administração	2
Realização profissional	1
Falta de informação sobre a área	1
Maior oportunidade no mercado de trabalho	1
Escasso mercado de trabalho em Belém	1
Não vê futuro promissor na profissão no Estado	1
Admiração pessoal	1
Contabilidade	1
Direito	1
TOTAL	25

Fonte: Elaboração própria.

A maior motivação para o investimento dos egressos em outra graduação é a complementação a graduação de arquivologia seja por necessidade interdisciplinar ou crescimento profissional na área. Em contra partida o segundo maior motivo é a desvalorização da profissão que desencadeia poucas oportunidades de inserção no mercado de trabalho e desmotivação profissional.

A partir dos resultados obtidos, percebe-se uma preocupação dos egressos quanto às incertezas de seu futuro profissional no Estado, em decorrência do desconhecimento da sociedade sobre o arquivista e suas práticas. E este pouco reconhecimento compromete principalmente na sua permanência na área, no seu aprimoramento e desenvolvimento técnico e científico e, na realização profissional como arquivista.

5. CONCLUSÃO.

A proposta descrita no projeto de pesquisa deste trabalho iniciou uma discussão sobre a formação acadêmica e atuação profissional dos egressos do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará, a partir de suas experiências no mercado de trabalho no estado.

Baseando-se na compreensão da origem e importância dos arquivos para administração pública e para a memória social do Brasil, com o surgimento do Arquivo Nacional, principal órgão normalizador, que implementou os primeiros cursos de arquivo, formando a classe de profissionais que, organizados e engajados na causa dos arquivos, conseguiram feitos muito importantes para a área como a Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) e a regulamentação da profissão para que os arquivistas fossem reconhecidos como profissionais competentes para gerenciar os arquivos dos órgãos públicos e privados do país.

No contexto de institucionalização da arquivística no Brasil, o Estado do Pará, somente teve participação a partir do decreto 5.961, em 1989, onde se teve conhecimento de “políticas públicas” voltadas aos arquivos. Essa política nacional não foi suficiente para contemplar o arquivista no Estado, mesmo sendo uma profissão nacionalmente regulamentada, que atribui ao arquivista a responsabilidade para desenvolver e coordenar atividades de arquivo.

O resultado desta estagnação da política pública, provocou anos de serviços limitados, precários além de muitas irregularidades prejudiciais a memória social do Estado.

A diferença de trinta e três anos entre e sua regulamentação nacional, e a inserção do curso de Arquivologia no Pará em sua Instituição Federal de Ensino Superior, coloca seus egressos em situação de minoria no mercado frente a egressos de cursos tradicionais na instituição que permitem essa interdisciplinaridade com a Arquivologia. Os profissionais equiparados, vêm ocupando as vagas para essa função devido à flexibilização das exigências adotada para suprir a falta de profissionais especializados no estado desde a década de 80 e se mantém até os dias atuais.

Como a profissão de arquivista, no Brasil, ainda depende muito do interesse e boa vontade do Estado para o cuidado de seus documentos oficiais e para disponibilizar cursos de graduação assim como vagas no mercado de trabalho, a situação desses profissionais se torna mais difícil dependendo da situação econômica do país, pois acaba sendo diretamente afetado com cortes no investimento para formação profissional e pouca oferta de concursos públicos principalmente, no âmbito Federal onde há maior incidência de oferta e preenchimento de vagas para a área.

Diante desse entrave surgiu a necessidade de saber a situação acadêmica e profissional dos egressos do curso de Arquivologia do Pará a partir de suas experiências no último estado da Federação brasileira a inserir o curso em sua IFES. A partir da análise dos dados obtidos na pesquisa de campo constatamos que 53,30% dos egressos, está atuando como arquivista principalmente em autarquias federais com sede no Pará onde 13 egressos são concursados confirmando a importância da regulamentação profissional para a criação e ocupação de vagas, diferente da situação Estadual e Municipal que apresenta pouca ou nenhuma vaga ocupada por arquivistas, além do interesse maior desse público em participar da formação continuada devido a progressão financeira dentro das instituições, prerrogativa concedida por lei ao funcionário público de nível superior. E 46,70% não estão atuando profissionalmente de acordo com o seu nível de escolaridade, motivo que causa incerteza e desestímulo dos egressos quanto ao futuro da profissão.

Dentre os 21 egressos que não conseguira se inserir no mercado de trabalho, 9 são funcionários públicos investidos em outro cargo e função. De acordo com a situação de flexibilidade para investidura no cargo em arquivos no Pará percebe-se provavelmente a busca pelo curso de arquivologia da UFPA, deve estar relacionado a condição transitória pelo qual os funcionários públicos do estado são submetidos, podendo ou não, estes estarem lotados para serviços nos arquivos mesmo não sendo sua função originária no funcionalismo público.

Diferente dos estados do sul e sudeste do Brasil onde o curso de Arquivologia existe desde 1978, ano de sua regulamentação, portanto apresentam uma estrutura acadêmica e profissional mais desenvolvida, no Pará, trinta e três anos depois da regulamentação é que a Arquivologia encontra-se em estágio inicial, ganhando formas, sendo assim, de acordo com as respostas obtidas no questionário, é natural que os obstáculos existentes como políticas públicas existentes somente no papel, causem certa incerteza quanto à estabilidade profissional, ainda mais quando o curso de formação é único no Estado e ainda encontra-se em processo de reconhecimento e conquistas dentro da própria universidade. Essa instabilidade da máquina pública e o pouco esclarecimento da iniciativa privada sobre a profissão gera toda uma insatisfação do arquivista e desperta o seu interesse na busca por alternativas mais aceitáveis no mercado regional e seu interesse em outras áreas de conhecimento de maior reconhecimento social, seja com finalidade de agregar a profissão e ou ampliar as possibilidades para se inserir no mercado de trabalho formal.

Nesse contexto, é importante reconhecer o papel da faculdade de Arquivologia enquanto agente formador no Estado. Além de promover o desenvolvimento da arquivística enquanto ciência, abastece o mercado local com serviços de qualidade e profissionais com competência

para resolver problemas, atender demandas, inovar nas metodologias e gestão, respeitando os princípios e técnicas da arquivística, observando o estabelecido pelas leis federais nº 6.546/78 e o decreto nº 82.590/78, que regem e divulgam a profissão para a sociedade

Contudo, a faculdade de arquivologia da UFPA ainda desfruta de pouca estrutura para aplicação dos conhecimentos discutidos em sala de aula o que reflete no percentual de 41,86 % de insatisfação de seus egressos em relação ao método de ensino do curso, pois segundo as justificativas, a prática é essencial para exercer uma profissão tipicamente técnica. Dessa forma esses profissionais se sentem excluídos e pouco preparados para enfrentar a modernização dos serviços, principalmente quando envolvem sistemas de gestão eletrônica de documentos, método que vem sendo bastante adotado no setor público sem estudos e consulta prévia dos arquivistas, o que resulta em desenvolvimento de sistemas sem critérios de gestão documental e resultam em gastos futuros maiores principalmente do setor privado que possui maior autonomia para inserir novas tecnologias para este tipo de serviço. Além desse entrave ainda podemos citar a ausência de práticas das funções tradicionais do arquivista como os procedimentos de preservação e restauro fundamentais em uma cidade de grande importância histórica para o contexto nacional como a cidade de Belém do Pará.

A carência de instrumentos e laboratórios para o desenvolvimento dessas atividades pode afetar no processo de desenvolvimento de habilidade e aquisição da competência do arquivista paraense, e conseqüentemente na sua imagem enquanto profissional da informação integrante de uma sociedade histórica e também informatizada. Sendo assim sua relevância profissional nas instituições públicas e privadas acaba sendo diminuída e substituída por profissionais da tecnologia da informação e comunicação com o propósito de solucionar todas essas necessidades com o desenvolvimento de recursos tecnológicos.

Nessa perspectiva compreende-se o sentimento de insegurança que os egressos do curso de arquivologia apresentaram na pesquisa. Porém é preciso considerar o fato de que há sim, uma demanda a ser suprida no Estado do Pará, considerando a interdisciplinaridade do arquivista e suas diversas possibilidades de atuação no mercado, porém é necessário que os egressos enquanto profissionais competentes não se acomodem em seus cargos públicos estáveis e nem se desestimulem profissionalmente por falta de perspectiva futuras. Sem dedicação e empenho, não há progresso.

Para que a arquivologia e o arquivista ganhem seu merecido reconhecimento no estado do Pará e no Brasil, é fundamental a participação efetiva da coletividade, o engajamento político da classe de profissionais, no sentido de participarem mais ativamente em causa própria, sendo protagonistas em relação aos seus próprios direitos. Entender e se apoderar dos conhecimentos

de áreas afins e dos mecanismos políticos e institucionais do país e utilizá-los ao seu favor para solucionar os problemas e garantir o seu espaço como profissionais completos e instrumentos fundamentais para desenvolver a gestão documental correta, a preservação da memória social, garantia dos direitos do cidadão brasileiro e um país mais consciente.

6. REFERÊNCIA

ALBURQUEQUE, Ângela Maria Goulart de. Informação ocupacional: a profissão do arquivista ou arquivologista. **Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada** .v.24. n. 2, abr./jun.1972. p. 113-120.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p.232. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 20 out. 2019.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 19 out. 2019.

BRASIL, **Lei nº 6.546**, de 4 de julho de 1978. Dispõem sobre a regulamentação das profissões de Arquivista e de técnico de Arquivo, e dá outras providências. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1970-1979/L6546.htm>. Acesso em: 19 out. 2019.

BRASIL, **Lei nº 8.159**, de 8 de janeiro de 1991. Dispõem sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providencias. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8159.htm>. Acesso em: 19 out. 2019

BRASIL. **Ministério da Educação. Governo Federal** (org.). Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). 2018. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/busca-geral/270-programas-e-aco-es-1921564125/sinaes-2075672111/12303-sistema-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior-sinaes>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

BRASIL. **Ministério do trabalho e emprego. Governo federal** (org.). Classificação brasileira de ocupações: ministério do trabalho e emprego,2002. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/home.jsf>>. Acesso em: 24 out. 2019.

CRIVELLARI, Helena Maria Tarchi; DOS SANTOS ALVES, Thiara; DA CUNHA FROTA, Maria Guiomar. Arquivistas e Museólogos: uma reflexão crítica sobre o posicionamento destes profissionais na Classificação Brasileira de Ocupações. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 8, n. 1, p. 46-67, 2017. Disponível em:< <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/107210/127735>>. Acesso em: 20 out. 2019.

DA SILVA ARAÚJO, CLAUDIALYNE, ET AL. O papel social da arquivologia: a percepção dos arquivistas na era da informação e do conhecimento. **Ciência da informação em revista**, 2016, 2.3: 53-61.

DA SILVA, Eliezer Pires; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill. Associação de Arquivistas no Brasil na década de 1970. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 5, n. 1-2, p. 93-109, 2012.

FONSECA, ÂNGELA MARIA FREITAS; ODDONE, NANCI. Breves reflexões sobre o profissional da informação e sua inserção no mercado de trabalho. **Vi cinform-encontro nacional de ciência da informação**, 2005.

FONSECA, MOK. Formação e Capacitação Profissional e a Produção do conhecimento Arquivístico no Brasil. Mesa Redonda Nacional de Arquivos. Rio de Janeiro. Mesa Redonda Nacional de Arquivos: **Caderno de Textos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Odila Maria. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). **Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**, 2008, 9: 1-17. Disponível em: <http://www.contagem.mg.gov.br/arquivos/arquivos/infotec/jardim_-_politicas_publicas_de_informacao.pdf>. Acesso em 09 out. 2019

LOPEZ, ANDRÉ PORTO ANCONA. O "ser" e o "estar" arquivista no brasil de hoje. In: **congresso brasileiro de arquivologia**. 2008. Disponível em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/33545439.pdf>>. Acesso em 30 de out. 2019.

MARINS, Luciana Raquel, et al. **A visibilidade do profissional da Arquivologia no mercado de trabalho**. 2017. Disponível em: <<https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/2633/1/MARINS%2c%20Luciana.pdf>>. Acesso em: 31 de out. 2019.

MARQUES, Angélica Alves da Cunha. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da Arquivística como disciplina no Brasil**. 2007. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/2979/1/2007_AngelicaAlvesdaCunhaMarques.PDF>. Acesso em 17. out. 2019.

MARTÍN, María. O triste aniversário do arquivo nacional: instituição celebra 180 anos à espera de obras básicas contra incêndios e com cortes e instabilidade. Direção virou moeda de troca política durante crise e agora é ocupada por indicada de cristiane brasil. **El país**, 6 jan. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/01/05/politica/1515169389_182854.html>. Acesso em: 02 nov. 2019.

MELO, Josemar H. de; SILVA, Ramsés N.; DORNELES, Sanderson L. Olhares sobre a História dos Arquivos e da Arquivologia no Brasil. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, v. 12, n. 1, 2017. Disponível em: <[://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3112819174718179](http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/3112819174718179)>. Acesso em: 18 out. 2019.

PARÁ, **Estatuto da Associação do Arquivistas do Estado do Pará**. (2018)

PARÁ. Secretaria de Comunicação do Estado do Pará. Governo do Estado. **Arquivo público retorna à sociedade mais moderno e com conforto para a população**. 2017. Disponível em: <<http://seplan.pa.gov.br/arquivo-p%C3%BAblico-retorna-%C3%A0-sociedade-mais-moderno-e-com-conforto-para-popula%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 3 nov. 2019.

PARÁ. Universidade Federal do Pará. **Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Arquivologia**. 2014. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BwBxGTKKXMLjNXV4SldVOS1iMVU/view>>. Acesso em: 21 nov. 2019.

REGO, Laura Maria do. **Formação acadêmica e produção científica docente em descrição arquivística**: um estudo a partir dos cursos de graduação em arquivologia do Brasil. 2015.

Disponível

em:<<https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/128120/000850463.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 17 out. 2019.

RIDOLPHI, Wagner Ramos. **A profissionalização do arquivista no estado do Rio de Janeiro**. 2016. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/bitstream/handle/unirio/11130/Wagner%20Ramos%20Ridolphi.pdf?sequence=1>. Acesso em: 16 out. 2019.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **Arquivística no laboratório: história, teoria e métodos de uma disciplina**. Rio de Janeiro: Teatral; Fapej, 2010. p. 216.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. **A Arquivística como disciplina científica: princípios, objetivos e objetos**. Salvador: 9Bravos, 2015. p. 217.

SOUZA, Katia Isabelli Mello de. **Arquivista: visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho**. Brasília: Starprint, 2011, p.252.

SOUZA, Renato Tarciso Barbosa. Os desafios da formação do Arquivista no Brasil. **Arquivos e administração**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, 2009. Disponível em:<<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/download/62302>>. Acesso em: 19 out. 2019.

STAHL, Sabrina Joana. **O mercado de trabalho para arquivistas nas prefeituras do RS**. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/17433/TCCE_GA_EaD_2009_STAHL_SABRINA.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 27 out. 2019

VIANA, A. O. N. A biblioteca e arquivo público (do Pará): resumo histórico. **Revista de Biblioteconomia de Brasília**, v. 3, n. 1, 1975. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/77644>>. Acesso em: 02 nov. 2019.

WITKOVSKI, Alexsandro; FREITAS, Tassiane M. de. A implantação do Sistema Nacional de Arquivos (1962-1978): Cidadania e o (não) Acesso às informações nos arquivos. **Revista Historiador**, São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2: 253-269. Disponível em: <<http://www.historialivre.com/revistahistoriador/doi/tassiane.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2019.

APÊNDICE

APÊNDICE A

Questionário

Este questionário é composto de 6 perguntas objetivas e 3 subjetivas direcionadas aos egressos das turmas de 2012 à 2015 do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Pará. As respostas farão parte da pesquisa desenvolvida para o trabalho de conclusão de curso, de tema: A atuação dos egressos da faculdade de Arquivologia no Estado do Pará, da discente Joyce Rodrigues, na finalidade de compreender a condição do profissional egresso do curso de Arquivologia no mercado de trabalho no Estado do Pará.

1. Qual é a sua Identidade de Gênero

Feminino

Masculino

2. Em qual faixa etária você se insere?

Menos de 18

De 18 a 25

De 26 a 32

De 33 a 40

Mais de 40

3 Enquanto profissional Habilitado, você possui o registro profissional emitidos pelo M.T.E?

Sim

Não

Somente o técnico

2 Atualmente você está atuando como arquivista?

Sim

Não

a. Se responder “Sim” para estar atuando como arquivista, em qual setor?

Público

Privado

b. Se responder “público” para o setor onde está atuando, em qual segmento administrativo?

Municipal

Estadual

Federal

3 Para você que respondeu “não” para estar atuando como arquivista”, qual é a sua ocupação atualmente?

Desempregado

Profissional liberal

Autônomo(a)

Funcionário público (outra função)

4 Para você, os conhecimentos adquiridos na academia são satisfatórios para capacitar o arquivista para o mercado de trabalho? (JUSTIFIQUE)

5 Você tem interesse em prosseguir com a formação continuada (especialização, mestrado ou doutorado) em Arquivologia ou áreas afins?

Sim

Não

Em andamento

Já possuí

6 Além da formação superior em arquivologia, você possui outra formação profissional de nível superior?

Sim

Não

a. Se responder “sim” para “possui outra formação de nível superior”. Em que área de conhecimento?

7 Se responder “não” para possui outra formação de nível superior. Existe o interesse em fazer outra graduação?

() Sim

() Não

a. Se respondeu “SIM” para o interesse em fazer outra graduação, por qual motivo seria?

Obrigada pela sua colaboração!